

Notas às Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Prestação Contas de 2025

Município de Almada

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial Contabilístico

O Município de Almada é uma autarquia local integrada no subsetor da Administração Local, com natureza jurídica de associação pública, tendo como objeto a prossecução das atribuições e competências legalmente definidas para os municípios.

A entidade encontra-se em atividade durante o período de relato, com sede no Largo Luís de Camões, em Almada, e NIPC 500051054.

No plano organizacional e institucional, destaca-se:

- A existência de estrutura organizacional formalizada por regulamento e respetivo organograma;
- A vigência de normas de controlo interno, aprovadas e em aplicação;
- A inexistência de descentralização contabilística, sendo a contabilidade centralizada;

O referencial contabilístico adotado é o SNC-AP, tendo as demonstrações financeiras sido preparadas de acordo com este normativo.

Ao nível dos recursos humanos, verificou-se uma ligeira redução do número de trabalhadores no período, passando de 2.630 para 2.623 trabalhadores. Adicionalmente, registou-se uma diminuição dos colaboradores em regime de prestação de serviços, de 36 para 22.

No âmbito da governação, o órgão executivo é composto por 11 vereadores, dos quais 5 em regime de tempo inteiro e 2 em regime de tempo parcial.

Relativamente à atividade e enquadramento operacional:

- Não se encontram identificados mecanismos de recuperação financeira ou programas de regularização de dívidas a fornecedores;
- O prazo médio de pagamentos é de 19 dias no período em análise.

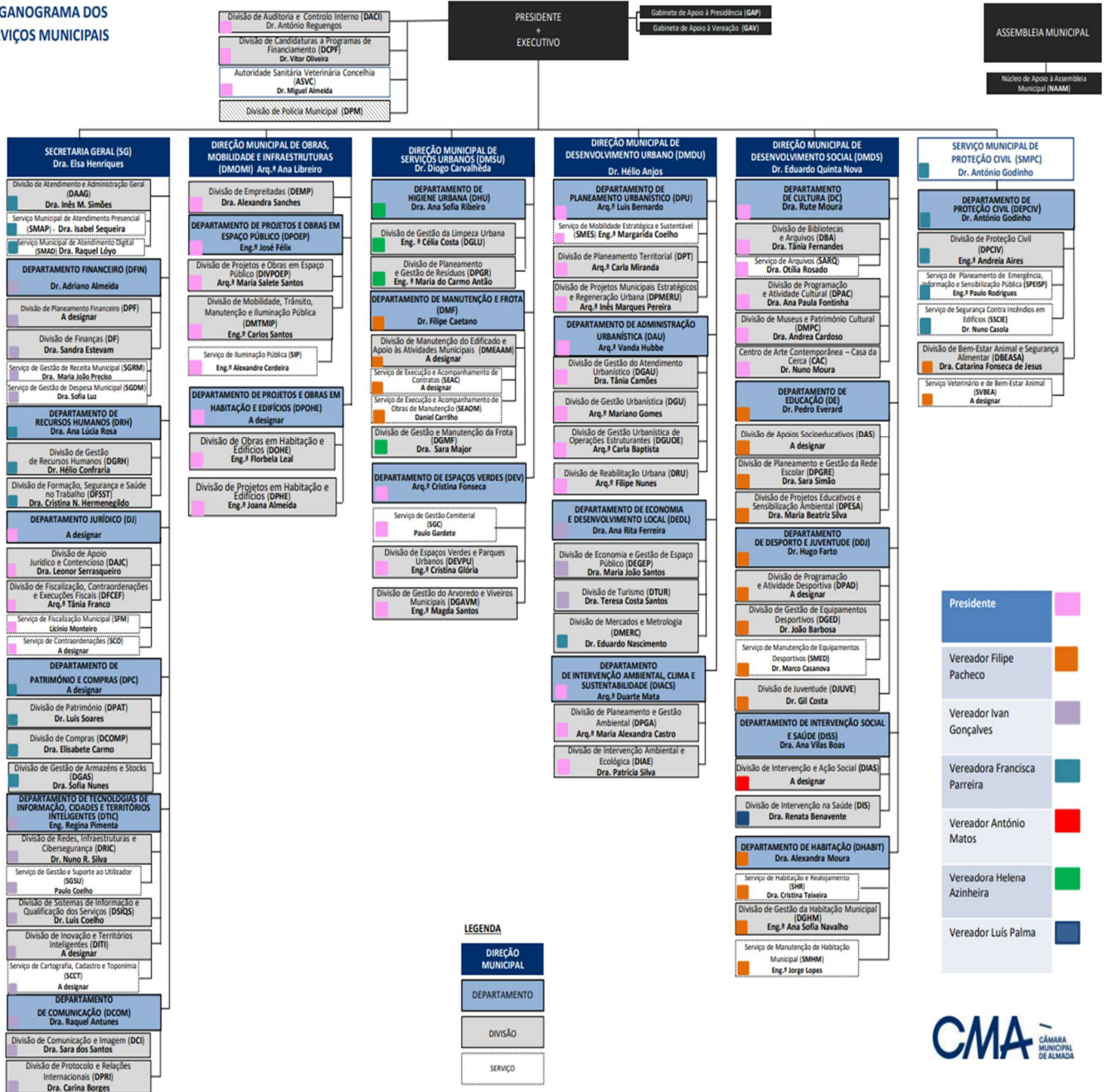
No domínio do controlo e fiscalização, não foram realizadas ações inspetivas ou auditorias no período em análise, sendo a última ação relevante conduzida pela Inspeção-Geral de Finanças, em março de 2017, no âmbito da contratação pública.

O Município integra ainda um conjunto de entidades no perímetro do grupo público municipal.

A informação detalhada relativa à caracterização institucional, enquadramento legal, participações, estrutura orgânica e demais elementos relevantes encontra-se apresentada em anexo específico ao presente documento.

● **ORGANOGRAMA**

ORGANOGRAMA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS



- **Participações Detidas**

Entidades participadas	Influência dominante (sim/não)
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	não
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	sim
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	não
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	não
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	sim
WEMOB- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	sim
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	sim
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	não

- **Identificação dos membros do órgão executivo durante o ano de 2025**

Mandato de 2021 a 2025				
Nome	Cargo	Partido	Tempo inteiro	Tempo Parcial
Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida	Presidente da Câmara	PS	X	
Maria Teodolinda Monteiro Silveira	Vereadora Regime Tempo Inteiro	PS	X	
José Pedro Ribeiro Gomes da Silva	Vereador Regime Tempo Inteiro	PS	X	
Francisca Luis Baptista Parreira	Vereadora Regime Tempo Inteiro	PS	X	
Filipe Alexandre Pardal Pacheco	Vereador Regime Tempo Inteiro	PS	X	
Maria das Dores Marques Banheiro Meira	Vereadora	CDU		
António José Sousa Matos	Vereador	CDU		
José Luis Riço Bucho de Matos	Vereador	CDU		
Helena Manuela Gil Azinheira	Vereadora	CDU		
Nuno Filipe Miragaia Matias	Vereador a meio Tempo	PSD		X
Joana Rodrigues Mortágua	Vereadora	BE		
Mara Rita Silva Martins	Vereadora	CDU		

Mandato de 2025 a 2029				
Nome	Cargo	Partido	Tempo inteiro	Tempo Parcial
Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida	Presidente da Câmara	PS	x	
Filipe Alexandre Pardal Pacheco	Vereadora Regime Tempo Inteiro	PS	x	
Ivan Costa Gonçalves	Vereadora Regime Tempo Inteiro	PS	x	
Francisca Luis Baptista Parreira	Vereadora Regime Tempo Inteiro	PS	x	
Luís Filipe Almeida Palma	Vereador a Meio tempo	CDU		x
Helena Manuela Gil Azinheira	Vereadora Regime Tempo Inteiro	CDU	x	
António José Sousa Matos	Vereador a Meio tempo	CDU		x
Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira	Vereadora	PSD		
Paulo Alexandra Ribeiro Sabino	Vereador	PSD		
Carlos Magno Valença Ferreira Walter de Magalhães	Vereador	CHEGA		
Nuno Alexandre Oliveira Mendes	Vereador	CHEGA		

- **Número de Vereadores**

Regime	Número de Vereadores
Em regime de permanência	5
A tempo parcial	2
Restantes Vereadores	4
Total	11

- **Organização contabilística**

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente rotinas de análise e controlo, em conformidade com o previsto na sua Norma de Controlo Interno.

Como suporte ao sistema contabilístico, a autarquia adotou um sistema informático que integra diversas aplicações, sendo esta integrada na aplicação de suporte ao sistema contabilístico (SNC-AP (MEDIDATA)).

- **Aprovação dos documentos relevantes**

Aprovação dos documentos	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações	16/12/2024	---
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	09/05/2012	---

- **Inscrição do Saldo de Gerência Anterior**

Inscrição do Saldo de Gerência do ano anterior	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental	02/12/2025	10/12/2025

- **Grupo autárquico para efeitos de consolidação**

Designação	Entidade incluída na consolidação financeira
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	x
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	x
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	x
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	x

- **Descentralização**

Entidade (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim/ Não
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	sim
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	sim

Delegação de Competências (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim/ Não
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	sim
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	não

- **Trabalhadores**

O número total de trabalhadores da autarquia a 31 de dezembro de 2025 era de 2623.

- **Concessões de serviços públicos / obras públicas**

Atualmente a CM Almada apenas tem concessionado o serviço de Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão à empresa E-REDES.

- **Responsáveis pelas Demonstrações**

	Cargo /Órgão	Demonstrações Orçamentais	Demonstrações Financeiras
Elaboração	António Adriano Almeida - Diretor do Departamento Financeiro	X	X
Apresentação e Divulgação	Ivan Gonçalves - Vereador da área financeira	X	X
Aprovação	Câmara Municipal	X	X
Aprovação	Assembleia Municipal	X	X

Nota 2 –Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas em conformidade com o SNC-AP.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

À data a Câmara Municipal de Almada tem implementadas todas as Normas de Contabilidade Públicas que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos.

Unid.: Euro

Conta	Valor
Caixa	1 562,40
Depósitos à ordem	30 859 138,37
Depósitos à ordem no Tesouro	2 246 019,06
Depósitos à ordem à ordem	28 613 119,31
Depósitos a prazo	
Depósitos consignados	
Depósitos de garantias e cauções	
Total	30 860 700,77

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a CMA, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CMA ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as

regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os terrenos atendendo à sua natureza não são depreciables.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pela CMA, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de

alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. dos ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Cientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando a autarquia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a CMA racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

Foram também apuradas provisões para fazer face a pagamentos futuros de acidentes de trabalho, sendo a estimativa efetuada de acordo com as tábuas de mortalidade.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro, referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o quase se destinou o apoio.

Rendimentos com contraprestação

As prestações de serviços são reconhecidas quando:

- A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os juros são reconhecidos como rendimento na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

Nos dividendos o rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo, tendo em consideração o critério de valorização utilizado na contabilização da participação financeira.

As vendas são reconhecidas quando:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;

Rendimentos sem contraprestação

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

O rendimento das transações sem contraprestação, nomeadamente das taxas, multas, transferências e subsídios correntes obtidos, são reconhecidos no momento em que o acontecimento ocorre, seja ele tributável ou de outra natureza, e mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Os ativos adquiridos através de transações sem contraprestação são, por sua vez, mensurados inicialmente, pelo justo valor à data de aquisição.

Os passivos associados a qualquer uma responsabilidade relativa a uma entrada de recursos, são mensurados inicialmente através da melhor estimativa da quantia exigida para liquidar a obrigação na data de relato.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na sub-rubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

"Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso."

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebidos e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica "Outras variações no património líquido", são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

Nota 3 –Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.

A depreciação dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e quando não definida em análise particular, são aplicadas as seguintes de forma genérica:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de depreciação	33,33%	33,33%
Métodos de depreciação	Linha reta	

No período em análise, os ativos intangíveis registaram um aumento de 17.494,72 €, resultante essencialmente de aquisições de programas de computador e sistemas de informação. Em sentido inverso, foram reconhecidas amortizações do período no montante de 147.950,52 €, refletindo o consumo económico destes ativos.

Deste modo, a quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis diminuiu de 504.052,29 € para 373.596,49 € no final do período.

Os ativos intangíveis encontram-se integralmente concentrados na rubrica de programas de computador e sistemas de informação, não se registando movimentos nas restantes categorias. O detalhe das variações por ativo e por rubrica encontra-se apresentado em anexo ao presente documento. (Anexo II)

Nota 4 –Acordos de concessão de serviços: Concedente

Atualmente a autarquia tem em vigor as seguintes concessões:

Acordos de concessão de serviço	Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão
Concessionário	E-REDES
NIPC	504394029
Objeto concessão	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão
Período de concessão	20 anos
Pagamento ao concessionário	---

O contrato referido no quadro anterior, confere o direito a recebimentos à CMA e não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgaste da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

A Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aprovada pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da CNC em 18 de fevereiro de 2025, aborda o tratamento contabilístico dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. Esses contratos, estabelecidos conforme o Decreto-Lei n.º 344-B/82 e suas alterações, sendo que para assegurar a continuidade dos serviços até a implementação de novas concessões previstas para 2026, muitos municípios prorrogaram esses contratos.

A orientação destaca que, conforme a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 4, os municípios, na qualidade de concedentes, devem reconhecer os ativos relacionados com a concessão se controlarem ou regularem os serviços prestados e tiverem direito a benefícios económicos futuros desses ativos, mas apenas se tiverem informação para o efeito, sendo que geralmente essa informação nem sempre é enviada de forma completa e atempada. Além disso, a renda paga pela E-Redes aos municípios pela exploração da concessão deve ser reconhecida como rendimento ao longo do período da concessão.

No caso específico da Câmara Municipal de Almada (CMA), em 2021, foram reconhecidos pela primeira vez os ativos em concessão à E-Redes, com atualizações subsequentes baseadas em dados de 2022. Esse reconhecimento deve-se ao facto da CMA entender possuir informações suficientes para identificar e mensurar esses ativos, alinhando-se às diretrizes da NCP 4 e da Orientação Técnica n.º 1 da CNC.

No quadro seguinte evidencia-se que o efeito das correções patrimoniais registadas em 2025, resultantes da regularização das diferenças entre os dados provisórios de 2024 e os valores posteriormente reportados como definitivos, é imaterial face ao montante global dos ativos em causa.

Rúbrica da E-Redes	DADOS DEFINITIVOS DA E-REDES DE 2024			DADOS PROVISÓRIOS DE 2024			EFEITO DAS REGULARIZAÇÕES DOS DADOS DE 2024 EM 2025		
	Valor Bruto Total	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Bruto Total	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Regularização do Valor Bruto Total	Regularização de Amortizações	Valor Total das Correções ao ano anterior (2024)
Postos Transformação e Seccionamento	26 025 904,78	22 824 236,79	3 201 667,99	26 025 904,78	22 844 526,46	3 181 378,32	0,00	-20 289,67	20 289,67
Redes aéreas	17 942 175,93	16 324 829,74	1 617 346,19	17 942 165,08	16 325 365,73	1 616 799,35	10,85	-535,99	546,84
Redes subterrâneas	20 580 005,73	18 152 141,49	2 427 864,24	20 581 299,47	18 168 523,04	2 412 776,43	-1 293,74	-16 381,55	15 087,81
Chegadas aéreas	4 194 209,80	4 109 561,54	84 648,26	4 194 209,80	4 108 774,60	85 435,20	0,00	786,94	-786,94
Chegadas subterrâneas	12 294 197,07	9 789 431,86	2 504 765,21	12 294 197,07	9 786 545,10	2 507 651,97	0,00	2 886,76	-2 886,76
Contadores	7 573 108,57	7 524 364,85	48 743,72	7 573 108,57	7 540 480,59	32 627,98	0,00	-16 115,74	16 115,74
Outro equipamento + Equipamentos Acessórios e Outros	2 536 707,43	2 263 923,01	272 784,42	2 536 730,74	2 317 471,99	219 258,75	-23,31	-53 548,98	53 525,67
Iluminação pública	20 072 773,16	17 499 832,07	2 572 941,09	20 072 773,16	17 492 968,38	2 579 804,78	0,00	6 863,69	-6 863,69
Eq. Telegestão Energia EDP Box	5 498 598,78	2 927 787,13	2 570 811,65	5 497 571,23	3 020 305,81	2 477 265,42	1 027,55	-92 518,68	93 546,23
TOTAL	116 717 681,25 €	101 416 108,48 €	15 301 572,77 €	116 717 959,90 €	101 604 961,70 €	15 112 998,20 €	-278,65	-188 853,22	188 574,57

No quadro seguinte, apresentam-se os dados provisórios reportados pela E-Redes, referentes ao ano de 2025 e que se encontram registados no ativo municipal, bem como o respetivo diferimento.

Rúbrica da E-Redes	DADOS PROVISÓRIOS DE 2025		
	Valor Bruto Total	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Postos Transformação e Seccionamento	26 237 454,72	22 906 265,37	3 331 189,35
Redes aéreas	17 953 989,12	16 334 624,39	1 619 364,73
Redes subterrâneas	21 111 887,59	18 345 645,51	2 766 242,08
Chegadas aéreas	4 201 714,70	4 119 575,20	82 139,50
Chegadas	12 842 858,37	10 006 898,24	2 835 960,13
Contadores	7 176 028,87	7 122 976,83	53 052,04
Outro equipamento + Equipamentos Acessórios e Outros	2 545 546,91	2 187 324,53	358 222,38
Iluminação pública	20 496 250,39	17 710 540,45	2 785 709,94
Eq. Telegestão Energia EDP Box	5 569 774,12	3 340 450,03	2 229 324,09
Total	118 135 504,79	102 074 300,55	16 061 204,24

O rendimento diferido corresponde ao montante dos ativos fixos tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-Redes e que em caso de resgaste da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante.

A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão nos termos da legislação que está ainda por aprovar.

Dados provisórios reportados pela E-Redes referentes a 2025	
Valor líquido dos ativos afetos à concessão	16 061 204,24 €
Comparticipações de terceiros	5 213 101,68 €
Valor suportado pela E-redes não participado (corresponde ao diferimento de rendimento efetuado pela autarquia)	10 848 102,56 €

Nota 5 –Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da autarquia são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento, mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

Mensuração de Ativos pelo VPT

No âmbito dos trabalhos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, foi efetuada a avaliação de bens imóveis adquiridos em transações sem contraprestação de acordo com o seu ponto 19, o qual prevê a sua mensuração pelo valor patrimonial tributário.

Inventariação de Bens do Domínio Público

Para efeitos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, cujo ponto 13 prevê que as infraestruturas satisfazem a definição de ativos fixos tangíveis devem ser contabilizadas de acordo com esta norma, foi efetuada a inventariação e avaliação de infraestruturas rodoviárias municipais.

Ativos fixos tangíveis em curso

Consideram-se, Ativos Fixos Tangíveis em curso, aqueles que ainda não se encontram disponíveis para uso, pelo que ainda não estão sujeitos a depreciação.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

As taxas de depreciação utilizadas, para os bens referentes a infraestruturas foram determinadas em relatório de empresa externa contratada para o efeito, aquando da sua avaliação pelo justo valor desses bens para efeitos de custo considerado.

O método de depreciação utilizado é o da linha reta, sendo as vidas uteis essencialmente as seguintes:

Tipo de AFT	Taxa média de depreciação
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	5%
Equipamento básico	25%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	12,50%
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2% a 25%

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis do Município de Almada apresentou a seguinte evolução e composição:

- Variação da Quantia Bruta: O valor bruto total dos ativos iniciou o período em 762.482.652,83 € e encerrou o ano em 775.040.446,67 €.
- Depreciações Acumuladas: As depreciações acumuladas registaram um aumento durante o exercício, passando de 262.950.054,82 € em 1 de janeiro para 277.770.442,42 € em 31 de dezembro.
- Quantia Escriturada: No final do período de 2025, o valor líquido contabilístico (quantia escriturada) fixou-se em 497.270.004,25 €.

A estrutura dos ativos fixos tangíveis divide-se essencialmente em três grandes grupos:

- i. Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural: Com uma quantia escriturada final de 93.820.297,63 €, onde se destaca o investimento em infraestruturas e bens em curso.

- ii. Ativos fixos em concessão: Representando um valor líquido de 16.061.204,24 €, afetos às infraestruturas exploradas pela E-Redes (Nota 4).
- iii. Outros ativos fixos tangíveis: O grupo mais expressivo, com uma quantia escriturada de 387.388.502,38 €, englobando terrenos, edifícios, equipamento básico, de transporte e administrativo.

O detalhe pormenorizado das variações ocorridas em cada rubrica (incluindo, aumentos abates e depreciações), bem como a decomposição por classes de ativos, encontra-se devidamente discriminado nos quadros anexos a estas notas às demonstrações financeiras. Anexo (III)

Nota 6 – Locações

Locações Financeiras

À data a autarquia não tem qualquer bem adquirido em regime de locação financeira.

Outras Locações

Os dados relativos às locações, onde a autarquia assume a posição de locatária ou de locadora, mas que para efeitos do SNC-AP, não se qualificam como locações financeiras, encontram-se divulgados em anexo ao presente documento. (Anexo IV)

Nota 7 –Custo dos empréstimos obtidos

Os financiamentos da CM de Almada totalizam a 31.12.2025:

Instituição	Corrente (€)	Não Corrente (€)	Total 2025 (€)	Total 2024 (€)	Varição (€)
Banco BPI	1 008 291,43	3 438 216,96	4 446 508,39	5 429 905,74	-983 397,35
Caixa Geral de Depósitos	241 406,26	623 282,99	864 689,25	1 102 592,92	-237 903,67
Banco Santander	668 750,00	334 375,00	1 003 125,00	1 671 875,00	-668 750,00
Total Financiamentos	1 918 447,69	4 395 874,95	6 314 322,64	8 204 373,66	-1 890 051,02
Empréstimos bonificados	267 740,75	781 721,85	1 049 462,60	1 305 450,78	-255 988,18
Total	2 186 188,44	5 177 596,80	7 363 785,24	9 509 824,44	-2 146 039,20

No quadro seguinte, apresenta-se a exigibilidade dos empréstimos.

EMPRÉSTIMOS - Serviço da dívida	2025		2026 (CP)		2027 (1)		2028 (2)		2029 (3)	
	AMORT	JUROS	AMORT	JUROS	AMORT	JUROS	AMORT	JUROS	AMORT	JUROS
Caixa Geral de Depósitos:	237 903,67 €	12 595,38 €	241 406,26 €	7 738,39 €	183 213,19 €	5 623,49 €	185 017,85 €	3 818,84 €	146 889,20 €	1 996,35 €
68 FOGOS / PER	59 468,71 €	907,49 €	59 975,26 €	327,85 €						
87 FOGOS / PER	75 876,75 €	4 683,41 €	77 293,86 €	2 613,26 €	78 083,94 €	1 818,32 €	78 887,03 €	1 015,23 €	39 747,25 €	203,88 €
58 FOGOS / PER	57 900,06 €	4 397,84 €	58 962,16 €	2 824,44 €	59 545,89 €	2 240,71 €	60 135,39 €	1 651,22 €	60 730,74 €	1 055,87 €
55 FOGOS / PER	44 658,15 €	2 606,64 €	45 174,98 €	1 972,84 €	45 583,36 €	1 564,46 €	45 995,43 €	1 152,39 €	46 411,21 €	736,60 €
Banco BPI:	983 397,35 €	223 171,94 €	1 008 291,43 €	159 167,45 €	1 026 894,66 €	121 092,79 €	1 046 155,20 €	82 440,84 €	909 611,29 €	43 963,17 €
ESCOLAS BÁSICAS (01380743830002)	139 504,29 €	17 671,38 €	144 764,68 €	10 705,42 €	148 570,61 €	6 899,49 €	152 476,64 €	2 993,47 €		
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA:										
REDE ESCOLAR	125 734,82 €	27 794,42 €	125 734,82 €	19 520,08 €	125 734,82 €	14 317,58 €	125 734,82 €	9 136,45 €	125 734,82 €	3 912,57 €
REGENERAÇÃO URBANA (1380743830003)	344 853,40 €	76 231,90 €	344 853,40 €	53 537,81 €	344 853,40 €	39 268,87 €	344 853,40 €	25 058,59 €	344 853,40 €	10 731,01 €
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA nº 1380743830004	373 304,84 €	101 474,24 €	392 938,53 €	75 404,14 €	407 735,83 €	60 606,85 €	423 090,34 €	45 252,33 €	439 023,07 €	29 319,59 €
Banco Santander Totta:	668 750,00 €	52 610,56 €	668 750,00 €	25 512,82 €	334 375,00 €	5 102,56 €	- €	- €	- €	- €
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00 €	52 610,56 €	668 750,00 €	25 512,82 €	334 375,00 €	5 102,56 €				
Empréstimos - Quadro:	255 988,18 €	41 790,56 €	267 740,75 €	24 509,23 €	274 420,22 €	17 902,83 €	250 488,72 €	11 166,80 €	256 812,91 €	4 842,62 €
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	227 700,04 €	39 060,19 €	238 377,53 €	23 208,45 €	244 320,27 €	17 335,25 €	250 488,72 €	11 166,80 €	256 812,91 €	4 842,62 €
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	28 288,14 €	2 730,37 €	29 363,22 €	1 300,78 €	30 099,95 €	567,58 €				
TOTAL EMPRESTIMOS	2 146 039,20 €	330 168,44 €	2 186 188,44 €	216 927,89 €	1 818 903,07 €	149 721,67 €	1 481 661,77 €	97 426,48 €	1 313 313,40 €	50 802,14 €

Maior detalhe relativo aos empréstimos e respetivos juros no período encontra-se divulgado em mapa anexo ao presente documento. (Anexo V)

Nota 8 –Propriedades de Investimento

Bases de Mensuração

Os bens classificados como Propriedades de Investimento, estão registados pelo seu custo.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Propriedades de Investimento	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções
Taxa de depreciação	0%	5%
Método de depreciação	Linha reta	

No que respeita ao exercício reportado, a rubrica de Propriedades de Investimento registou a seguinte evolução e desempenho:

- Variação do Valor Contabilístico: A quantia escriturada inicial de 895.842,55 € foi ajustada para um valor final de 879.477,67 €.
- Depreciações do Período: Esta variação negativa de 16.364,88 € decorre exclusivamente das depreciações apuradas durante o exercício.
- Composição da Carteira: O património é composto por Terrenos e Recursos Naturais (365.007,12 €) e Edifícios e Outras Construções (514.470,55 €).
- Rendimentos Gerados: Durante o período, as propriedades de investimento geraram rendimentos sob a forma de rendas no montante total de 363.034,45 €.

Os detalhes pormenorizados das variações por rubrica encontram-se discriminados nos quadros anexos a estas notas às demonstrações financeiras. (Anexo VI).

Nota 9 –Imparidade de Ativos

As imparidades de clientes e das restantes dívidas a receber são calculadas em função da expectativa de recebimento dos respetivos saldos, sendo para o efeito considerada a sua antiguidade e estado (execução fiscal, acordo ou conta corrente), bem como a eventual possibilidade de ser alegada a prescrição.

Ativo	Quantia bruta 31.12.2025	Imparidade acumulada a 01.01.2025	Varição	Imparidade acumulada a 31.12.2025	Quantia Recuperável
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	1 261 088,90 €	221 217,82 €	- 9 591,52 €	211 626,30 €	1 049 462,60 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis- Não Corrente	781 721,85 €	- €	- €	- €	781 721,85 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis - corrente	211 626,30 €	- €	- €	- €	211 626,30 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis- Corrente	267 740,75 €	221 217,82 €	- 9 591,52 €	211 626,30 €	56 114,45 €
Clientes, contribuintes e utentes	10 599 557,15 €	3 343 033,79 €	500 676,86 €	3 843 710,65 €	6 755 846,50 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	10 599 557,15 €	3 343 033,79 €	500 676,86 €	3 843 710,65 €	6 755 846,50 €
Outras contas a receber	53 681 240,02 €	1 290,79 €	8 399,09 €	9 689,88 €	53 671 550,14 €
Pessoal	2 837,45 €	826,39 €	- €	826,39 €	2 011,06 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	53 553 911,60 €	- €	- €	- €	53 553 911,60 €
Devedores diversos	124 490,97 €	464,40 €	8 399,09 €	8 863,49 €	115 627,48 €
Total	65 541 886,07 €	3 565 542,40 €	499 484,43 €	4 065 026,83 €	61 476 859,24 €

Nota 10 –Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2025 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Inventários: movimentos do período

Unid.: Euro

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	42 973,89	14 620,59	425,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57 169,07
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	523 440,93	1 254 841,56	1 233 544,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	544 737,87
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	566 414,82	1 269 462,15	1 233 970,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	601 906,94

O detalhe dos gastos do ano é apresentado no seguinte quadro:

Tipo	2024	2025
Mercadorias	2 508,55 €	425,41 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		- €
Matérias de consumo clínico	7 253,82 €	1 437,94 €
Combustíveis e Lubrificantes	835 103,30 €	830 144,05 €
Gasóleo		807 825,91 €
Óleos e Lubrificantes		18 209,55 €
Gás		4 108,59 €
Artigos de Higiene e Limpeza	173 660,10 €	172 670,34 €
Outros materiais diversos de consumo	323 552,32 €	229 292,29 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 342 078,09 €	1 233 970,03 €

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2025 é a seguinte

Unid.: Euro

Rubricas	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	57 169,07	0,00	57 169,07
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	544 737,87	0,00	544 737,87
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	601 906,94	0,00	601 906,94

Nota 13 –Rendimento de transações com contraprestação

Políticas contabilísticas e métodos adotados:

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;

- Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Tipo de transação com contraprestação	2024	2025
	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	18 806 149,93 €	20 357 859,83 €
Venda de bens	5 177,41 €	78 461,27 €
Juros	- €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	246 271,20 €	350 426,73 €
Outros rendimentos	476 027,06 €	7 225 099,58 €
TOTAL	19 533 625,60 €	28 011 847,41 €

Nota 14 –Rendimento de transações sem contraprestação

Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2025					31/12/2024				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	41 723 261,84 €	- €	- €	- €	- €	40 695 606,94 €	- €	- €	63 037,29 €	- €
Impostos indiretos	44 238 693,16 €	- €	- €	- €	- €	34 084 163,36 €	- €	- €	- €	- €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Taxas	9 369 534,58 €	- €	- €	- €	- €	14 168 485,84 €	- €	- €	6 856 195,73 €	- €
Multas e outras penalidades	511 282,81 €	- €	- €	- €	- €	463 621,81 €	- €	- €	152 635,34 €	- €
Transferências sem condição	48 220 559,76 €	- €	- €	- €	- €	45 120 181,51 €	- €	- €	- €	- €
Subsídios sem condição	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios com condição	2 406 488,15 €	1 874 927,62 €	- €	- €	- €	1 799 049,82 €	1 066 204,62 €	- €	- €	- €
Legados, ofertas e doações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	2 489 136,35 €	- €	- €	- €	- €	5 600 718,10 €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	148 958 956,65 €	1 874 927,62 €	- €	- €	- €	141 931 827,38 €	1 066 204,62 €	- €	7 071 868,36 €	- €

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Detalha-se no seguinte quadro a totalidade dos processos judiciais e o respetivo valor

considerado em provisão.

Provisões	Saldo 01/01/2025	Utilização	Incremento	Saldo 31/12/2025
Provisões processos judiciais	8 838 831,85 €	- €	254 332,41 €	9 093 164,26 €
Provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais	857 282,76 €	36 674,47 €	- €	820 608,29 €
Outras Provisões	50 225,00 €	- €	- €	50 225,00 €
Total	9 746 339,61 €	36 674,47 €	254 332,41 €	9 963 997,55 €

O detalhe dos processos judiciais sujeitos a provisão encontra-se em anexo ao presente documento.

A CMA contabiliza também o montante das pensões vitalícias resultantes de doenças profissionais ou acidentes em trabalho, detalhando-se no mapa seguinte o respetivo apuramento:

PENSÕES VITALÍCIAS									
TIPO	VALOR MENSAL 2025	DATA DO DIREITO	DATA 1º ABONO	Data de Nascimento	Ano Nascimento	Idade	Valor 2024	Actualização	Valor 2025
Doença profissional	22,81 €	15/11/2012	01/12/2013	06/09/1966	1966	59	307,44 €	11,90 €	319,34 €
Doença profissional	12,40 €	19/03/2020	01/10/2020	19/10/1958	1958	67	167,16 €	6,44 €	173,60 €
Doença profissional	21,80 €	03/09/2010	01/12/2011	28/01/1966	1966	59	293,86 €	11,34 €	305,20 €
Doença profissional	37,44 €	03/03/2021	01/05/2021	29/08/1953	1953	72	504,70 €	19,46 €	524,16 €
Doença profissional	44,72 €	19/10/2011	01/05/2016	12/03/1951	1951	74	602,84 €	23,24 €	626,08 €
Doença profissional	31,08 €	24/10/2014	01/08/2016	21/01/1958	1958	67	419,02 €	16,10 €	435,12 €
Doença profissional	95,33 €	15/09/2021	01/02/2022	11/04/1966	1966	59	1 285,20 €	49,42 €	1 334,62 €
Doença profissional	162,13 €	25/02/2010	01/09/2011	02/02/1958	1958	67	2 185,68 €	84,14 €	2 269,82 €
Acidente em serviço	499,54 €	12/10/2004	01/06/2006	24/09/1950	1950	75	6 816,32 €	177,24 €	6 993,56 €
Acidente em serviço	86,05 €	15/11/2023	01/11/2024	21/06/1956	1956	69	- €	1 204,70 €	1 204,70 €
Acidente em serviço	422,02 €	01/10/2004	01/07/2007	21/03/1971	1971	54	5 758,62 €	149,66 €	5 908,28 €
Acidente em serviço	435,87 €	07/02/2012	01/12/2014	16/09/1975	1975	50	5 947,48 €	154,70 €	6 102,18 €
Acidente em serviço	3,41 €	18/12/2024	01/02/2025	22/05/1963	1963	62	913,22 €	-865,48 €	47,74 €
Acidente em serviço	38,58 €	23/03/2023	01/04/2024	28/08/1958	1958	67	- €	540,12 €	540,12 €
Acidente em serviço	375,37 €	01/05/2008	01/09/2010	18/05/1969	1969	56	5 122,04 €	133,14 €	5 255,18 €
Acidente em serviço	606,30 €	19/03/2008	01/06/2008	22/09/1954	1954	71	8 273,16 €	215,04 €	8 488,20 €
Acidente em serviço	447,81 €	01/04/2008	01/03/2011	26/05/1979	1979	46	6 110,44 €	158,90 €	6 269,34 €
Acidente em serviço	233,17 €	21/05/2014	01/08/2014	02/04/1962	1962	63	3 181,64 €	82,74 €	3 264,38 €
Total							47 888,82	2 172,80	50 061,62

Passivos contingentes

Divulga-se no quadro anexo ao presente documento os processos judiciais onde a autarquia foi constituída arguida e para os quais não foi constituída provisão, não sendo a esta data possível determinar qual o impacto financeiro futuro para o orçamento municipal. (Anexo VIII)

Nota 17 –Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são divulgados na presente nota.

Após 31 de dezembro de 2025 ocorreram acontecimentos de natureza excepcional, designadamente fenómenos meteorológicos extremos registados a partir de 28 de janeiro de 2026, bem como o agravamento do contexto geopolítico internacional, nomeadamente o conflito envolvendo os Estados Unidos da América, Israel e o Irão, os quais configuram eventos subsequentes que não dão lugar a ajustamentos, porquanto as condições subjacentes não existiam à data do balanço.

No que respeita aos fenómenos meteorológicos extremos, encontram-se ainda em curso os trabalhos de levantamento e quantificação dos danos, sendo expectável a necessidade de realização de investimentos destinados à reposição de infraestruturas e mitigação de riscos futuros. Não obstante, antecipa-se que uma parte substancial destes encargos possa vir a ser objeto de financiamento ou apoio por parte da Administração Central. Acresce que uma parte relevante dos ativos potencialmente afetados se encontra já substancialmente depreciada pelo que o eventual impacto líquido adicional nas demonstrações financeiras poderá ser limitado, sem prejuízo de eventuais revisões de estimativas ou reconhecimento de perdas por imparidade que venham a revelar-se necessárias.

Relativamente ao contexto geopolítico internacional, não é possível, à data, estimar com fiabilidade os seus impactos, sendo, contudo, expectável que se possam traduzir em pressões inflacionistas, aumento de custos operacionais, necessidade acrescida de apoios sociais e condicionamentos à execução de investimentos, com reflexo sobretudo em exercícios futuros.

Face ao exposto e à informação disponível à data, não se identificam impactos que justifiquem ajustamentos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, nem indícios de que os referidos acontecimentos coloquem em causa o pressuposto da continuidade das operações do Município, sem prejuízo da monitorização contínua da sua evolução.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Dívidas a receber

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a receber, estando a mesmas mensuradas, após reconhecimento inicial, pelo custo / custo amortizado.

Instrumentos Financeiros	Saldo a 31.12.2024			Saldo a 31.12.2025		
	Quantia bruta	Imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidade	Quantia escriturada
Devedores por empréstimos bonificados, transferências e subsídios	253 647,97	221 217,82	32 430,15	1 261 088,90	211 626,30	1 049 462,60
Clientes, contribuintes e utentes	9 553 635,78	3 343 033,79	6 210 601,99	10 599 557,15	3 843 710,65	6 755 846,50
Estado e outros entes públicos				0,00		0,00
Outras contas a receber	51 849 702,53	1 290,79	51 848 411,74	43 686 092,43	9 689,88	43 676 402,55

O montante registado em acréscimos de rendimentos inclui a periodização económica dos valores dos impostos municipais e taxas imputados ao período que ainda não foram arrecadados, totalizando o imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT), o Imposto Único de Circularização e as Taxas.

Dívidas a pagar

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a pagar que estão mensuradas pelo custo amortizado.

Designação	Dívidas a pagar	
	Custo/ Custo amortizado	Custo/ Custo amortizado
	2024	2025
Financiamentos obtidos	9 509 824,44 €	7 363 785,24 €
Fornecedores de investimentos	209 000,78 €	305 866,68 €
Fornecedores c/c	1 143 675,81 €	1 471 439,86 €
Estado e outros entes públicos	645 542,57 €	7 538,93 €
Outras contas a pagar	13 473 842,18 €	12 717 970,70 €
Total	24 981 885,78 €	21 866 601,41 €

Nota 19 –Benefícios dos empregados

A entidades atribui benefícios em empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal		
Descrição	2024	2025
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	428 337,83	426 381,39
Remunerações certas e permanentes	44 747 247,46	46 060 832,41
Abonos variáveis ou eventuais	2 004 217,44	2 146 853,69
Indemnizações	21 238,73	13 444,16
Encargos sobre remunerações	10 532 873,28	10 921 974,88
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 338 385,08	860 832,72
Outros gastos com o pessoal	15 634,06	353,58
Outros encargos sociais	1 110 762,22	905 329,35
Total	60 198 696,10	61 336 002,18

Nota 20 –Divulgações de partes relacionadas

Para efeitos da NCP 20, consideram-se partes relacionadas as seguintes entidades:

- AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada
- ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local
- COSTAPOLIS - Sociedade Desenvolvimento do Programa POLIS na Costa de Caparica, S A
- MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada
- NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local
- WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.
- SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

As transações entre entidades relacionadas são as que se apresentam nos quadros seguintes:

Transações e saldos com ARRIBATEJO

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2025		Transações								Saldo 31/12/2025	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	29 805,66	0,00	0,00	0,00	0,00	29 805,66	0,00	0,00	0,00
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	54 805,66	0,00	0,00	0,00	0,00	54 805,66	0,00	0,00	0,00

Transações e saldos com NOVALMADAVELHA

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2025		Transações								Saldo 31/12/2025	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	0,00

Transações e saldos com SMAS

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2025		Transações							Saldo 31/12/2025		
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	2 414 147,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 230 317,61	0,00	0,00	183 829,73
Empréstimos	1 305 450,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255 988,18	0,00	0,00	0,00	0,00	1 049 462,60
Juros	0,00	41 790,56	0,00	0,00	0,00	0,00	41 790,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Municipal Cobrada pelos SMAS	750 663,66	12 506 428,79	0,00	0,00	0,00	0,00	11 453 825,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1 803 267,34
Relações comerciais	243 882,88	0,00	2 318 325,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 562 208,59	0,00	0,00	0,00
Outras	436 607,73	58 363,50	0,00	0,00	0,00	0,00	494 971,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2 736 605,05	12 606 582,85	4 732 473,05	0,00	0,00	0,00	12 246 575,08	0,00	4 792 526,20	0,00	0,00	3 036 559,67

Unid.: Euro

Transações e saldos com WEMOB

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2025		Transações								Saldo 31/12/2025	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	480 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480 000,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	2 148,99	0,00	0,00	0,00	2 148,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	2 148,99	480 000,00	0,00	0,00	2 148,99	0,00	480 000,00	0,00	0,00	0,00

Não existiram quaisquer saldos e transações com a Costapolis, para além do registo da participação financeira pelo método do custo.

Relativamente às Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia, são consideradas como partes relacionadas, sendo que a informação referente às mesmas se encontra divulgada no quadro da Nota 30.

Nota 21 –Relato por segmentos

A aplicação da NCP 25 – Relato por Segmentos – pressupõe a existência de estruturas organizacionais e sistemas de informação adequados à segregação de atividades por áreas com autonomia financeira e operacional. No entanto, a autarquia não dispõe, à data, de sistemas contabilísticos integrados que permitam a identificação clara e fiável de receitas, despesas, ativos e passivos por segmentos de atividade, conforme exigido pela norma.

Acresce que, dada a natureza centralizada das operações e a inexistência de centros de responsabilidade autónomos, não é possível identificar segmentos reportáveis que cumpram os critérios definidos no normativo. Neste contexto, e de acordo com o princípio da relevância e da representação fidedigna da informação, considera-se que a aplicação da NCP 25 não é, neste momento, exequível nem útil para a realidade operacional da entidade.

Nota 22 – Interesses com outras entidades

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos investimentos por tipo de critério de mensuração.

Entidades / Fundos				Participação no final do exercício			Método de contabilização	Observações
Denominação	Tipo de Participação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	%	Valor contabilizado a 31/12/2025		
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	Investimentos noutras entidades	Sociedade	503876321	955 500,00	12,33%	955 500,00	Custo	
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	Controlada	Agência	504974696	49 879,70	61,73%	322 643,99	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2025
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	Investimentos em associadas	Sociedade	505280167	12 940 550,00	40,00%	15 217 162,90	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2025
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	Investimentos em associadas		503545562	199 940,00	40,65%	818 825,44	Método de equivalência patrimonial	dados referentes ao ano 2024
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	Controlada	Agência	504974688	49 879,79	84,75%	209 089,45	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2025
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	Controlada	Empresa Municipal	507001206	250 000,00	100,00%	1 208 397,18	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2025
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	Controlada	Serviços Municipalizados	680017763	43 829 211,63	100,00%	93 155 532,15	Método de equivalência patrimonial	dados provisórios referentes ao ano 2025
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	Investimentos em associadas	Associação	515432156	15 000,00	16,67%	15 000,00	Custo	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Investimentos noutras entidades	Fundo	513319182	2 813 224,50	0,67%	2 813 224,50	Custo	
TOTAL				61 103 185,62		114 715 375,61		

A contabilização das entidades pelo Método da Equivalência patrimonial e a sua imputação em património líquido é a que se segue:

Designação	Participação		Capital Social inicial	Participação a 2024 com valor dos Capitais Próprios a 2024	Total dos Capitais Próprios em 2025	Ajustamento MEP 2025			MEP	Ajustamento
	% actual	Valor Inicial				Imputado	Imputado			
						Resultado	Património líquido	Total		
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	0,00%	116 718,71	264 863,22	12 735,52	0,00	-12 735,52		-12 735,52	0,00	-12 735,52
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	49 879,79	80 805,17	323 324,17	522 669,68	-680,18		-680,18	322 643,99	-680,18
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	12 773 600,00	31 934 000,00	15 262 100,90	38 042 907,24	-56 879,07	11 941,07	-44 938,00	15 217 162,90	-44 938,00
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	199 940,00	899 760,00	818 825,44	2 014 330,72			0,00	818 825,44	0,00
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	49 879,79	58 858,15	231 775,86	246 713,21	-22 686,41		-22 686,41	209 089,45	-22 686,41
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	100,0%	250 000,00	250 000,00	1 216 378,18	1 208 397,18	-4 319,24	-3 661,76	-7 981,00	1 208 397,18	-7 981,00
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	100,0%	17 694 185,68	17 694 185,68	94 102 242,48	93 155 532,15	-873 214,18	-73 496,15	-946 710,33	93 155 532,15	-946 710,33
TOTAL						-970 514,60	-65 216,84	-1 035 731,44	110 931 651,11	-1 035 731,44

Nota 30 –Outras divulgações

Alterações no património líquido

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO											(MUNICÍPIO DE ALMADA)			
Período	(Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento dos Resultados)									Ano				
01/01/2025										2025				
31/12/2025	Visualizar Contas/ Mov.	Sim	Acumulados	Sim										
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do			TOTAL
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		161 649 413,39 €				6 858 530,69 €	319 712 284,54 €	97 178 811,67 €		63 008 257,81 €	627 656,89 €	649 034 954,99 €		649 034 954,99 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							-14 502 632,66 €	-65 216,84 €		5 268 393,09 €	-627 656,89 €	-9 927 113,30 €		-9 927 113,30 €
Transferências e subsídios de capital										5 268 393,09 €		5 268 393,09 €		5 268 393,09 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							-14 502 632,66 €	-65 216,84 €			-627 656,89 €	-15 195 506,39 €		-15 195 506,39 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											3 626 120,79 €	3 626 120,79 €		3 626 120,79 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)											2 998 463,90 €	-6 300 992,51 €		-6 300 992,51 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		161 649 413,39 €				6 858 530,69 €	305 209 651,88 €	97 113 594,83 €		68 276 650,90 €	3 626 120,79 €	642 733 962,48 €		642 733 962,48 €

Gastos com transferências e subsídios

Detalha-se no quadro seguinte as transferências e subsídios, correntes e de capital, consideradas como gasto em 2025.

Transferências e Subsídios Atribuídos			
Entidades	Subsídios	Corrente	Capital
Associações de Municípios	- €	2 991 356,00 €	- €
Bombeiros Almada	- €	180 000,00 €	100 000,00 €
Bombeiros Cacilhas	- €	360 000,00 €	99 969,75 €
Bombeiros Trafaria	- €	180 000,00 €	100 000,00 €
Empresas Locais	480 000,00 €	- €	- €
Serviços Municipalizados	2 230 317,61 €	- €	- €
Famílias	160 085,56 €	132 890,07 €	- €
Freguesia Costa da Caparica	- €	401 129,69 €	364 672,86 €
Instituições sem Fins Lucrativos	- €	11 300 784,88 €	821 465,29 €
Outras entidades transitados compromissos de anos anteriores	- €	- €	- €
Outros setores institucionais	- €	- €	- €
Sociedades e quase sociedades não financeiras	- €	466 559,51 €	- €
União de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda	- €	1 125 696,60 €	433 687,40 €
União de Freguesias de Almada, Cv.Piedade, Pragal e Cacilhas	- €	758 910,15 €	200 775,78 €
União de Freguesias de Caparica e Trafaria	- €	765 856,40 €	606 559,66 €
União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó	- €	453 408,58 €	116 940,10 €
Total	2 870 403,17 €	19 116 591,88 €	2 844 070,84 €

Gastos com fornecimentos e serviços externos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de fornecimento e serviços externos.

Fornecimentos e serviços externos		
Designação	2024	2025
Tratamento de resíduos sólidos e urbanos	9 601 177,78 €	9 525 659,05 €
Trabalhos especializados	6 412 734,62 €	6 977 564,84 €
Publicidade, comunciação e imagem	862 675,51 €	180 613,12 €
Vigilância e segurança	1 659 519,61 €	1 317 123,64 €
Honorários	1 231 791,32 €	1 014 960,58 €
Comissões	1 784 887,30 €	1 846 624,56 €
Conservação e reparação e assistência técnica	8 394 666,96 €	7 566 335,65 €
Materiais de consumo	6 925 855,24 €	8 565 997,97 €
Energia (Eletricidade, combustíveis e gás)	6 575 915,06 €	5 532 745,37 €
Água	2 806 929,43 €	2 561 708,39 €
Deslocações, estadas e trasnportes	150 685,75 €	184 193,26 €
Rendas e Alugueres	1 605 188,90 €	1 711 220,72 €
Comunicações	180 782,75 €	244 535,64 €
Seguros	534 524,13 €	621 085,03 €
Limpeza higiene e conforto	2 852 181,39 €	3 717 483,56 €
Outros gastos	477 979,56 €	298 552,41 €
Total	52 057 495,31 €	51 866 403,79 €

Acréscimos de rendimentos e gastos

Nos quadros seguintes detalham-se os acréscimos de rendimentos e gastos efetuados em 2025.

Acréscimo de rendimentos		
Designação	2024	2025
IMI	41 768 188,44 €	34 194 468,18 €
IMT	3 705 088,29 €	3 715 081,55 €
IUC	229 811,31 €	256 711,51 €
Derrama	35 284,65 €	3 724,38 €
Taxas	141 026,36 €	711 035,69 €
Juros	78 643,64 €	44 091,91 €
Resíduos Sólidos	609 637,30 €	1 456 507,70 €
Total	46 567 679,99 €	40 381 620,92 €

Acréscimo de gastos		
Designação	2024	2025
Remunerações a liquidar	7 430 032,34 €	7 770 362,11 €
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	130 745,88 €	71 695,85 €
Outros (Credores por acréscimos de gastos)	- €	- €
Subcontratos e parcerias	- €	- €
Trabalhos especializados	23 369,65 €	41 652,45 €
Publicidade, comunicação e imagem	341,51 €	- €
Vigilância e segurança	121 193,20 €	2 837,48 €
Honorários	- €	- €
De cobrança de impostos e taxas	1 136 642,67 €	853 487,59 €
Conservação e reparação	46 890,16 €	40 125,47 €
Outros serviços especializados	- €	- €
Materiais de consumo	23 537,45 €	3 622,75 €
Energia e fluidos	12 955,60 €	5 136,73 €
Deslocações, estadas e transportes	2 733,34 €	1 951,19 €
Rendas e alugueres	9 063,80 €	3 247,20 €
Comunicação	11 223,92 €	- €
Seguros	293 195,94 €	- €
Contencioso e notariado	287,50 €	153,00 €
Limpeza, higiene e conforto	1 820 497,11 €	900 671,12 €
Outros serviços	10 719,78 €	200 458,18 €
Total	11 073 429,85	9 895 401,12

Diferimentos ativos e passivos

Nos quadros seguintes detalham-se os saldos dos diferimentos ativos e passivos reconhecidos em 2025.

Diferimentos ativos	2024			2025		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Serviços especializados	8 388,10 €	- €	8 388,10 €	7 531,11 €	- €	7 531,11 €
Material de escritório	113 092,79 €	- €	113 092,79 €	106 743,61 €	- €	106 743,61 €
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	224 546,63 €	- €	224 546,63 €	217 878,82 €	- €	217 878,82 €
Energia e fluidos	535,05 €	- €	535,05 €	- €	- €	- €
Rendas e alugueres	77 003,94 €	- €	77 003,94 €	9 035,90 €	- €	9 035,90 €
Seguros	180,00 €	- €	180,00 €	61 939,16 €	- €	61 939,16 €
Gastos de benefícios de reforma	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros - Diversos	660,67 €	- €	660,67 €	2 035,80 €	- €	2 035,80 €
Total	424 407,18 €	- €	424 407,18 €	405 164,40 €	- €	405 164,40 €

Diferimentos passivos	Saldo a 31.12.2025		
	Corrente	Não Corrente	Total
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições			
<i>Protocolos - Estado</i>	3 757 022,28 €		3 757 022,28 €
<i>Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados</i>			
Ensino não Superior	700 000,00 €		700 000,00 €
Ordenamento e Requalificação do Território	- €		- €
Transportes e Vias de Comunicação Terrestre	1 832 401,10 €		1 832 401,10 €
Ambiente e Energia	- €		- €
APA - Fundo Ambiental	841 713,56 €		841 713,56 €
Programa Valorizar - Almada WI-FI +		30 609,24 €	30 609,24 €
Percursos Pedonais e Cicláveis		12 265,38 €	12 265,38 €
Florestas Urbanas para Mitigação Climática		75 000,00 €	75 000,00 €
PRR - Comunidades Desfavorecidas - Caparica/Trafaria		436 882,20 €	436 882,20 €
PRR - Comunidades Desfavorecidas - Costa da Caparica		961 086,23 €	961 086,23 €
PRR - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (RE-C02-i01)		4 541 671,98 €	4 541 671,98 €
PRR - Programa de Apoio Radar Social (RE-C04-i01)		159 049,16 €	159 049,16 €
PRR - Redes Culturais e Transição Digital (RE-C04-i01)		90 000,00 €	90 000,00 €
TD - Reformulação dos serviços públicos e consulares(TD-C19-i01)-Loja do Cidadão de Almada		117 000,00 €	117 000,00 €
	7 131 136,94 €	6 423 564,19 €	13 554 701,13 €
Acordos de concessão de serviços			
Outros subcontratos ou concessões CP	10 848 102,56 €		10 848 102,56 €
Outros a rendimentos a reconhecer			
Mercados e Feiras	16 181,97 €		16 181,97 €
Habitação	342 514,64 €		342 514,64 €
Edifícios	17 956,14 €		17 956,14 €
Terrenos e Recursos Naturais	1 212 410,73 €	5 208 422,02 €	6 420 832,75 €
Total de outros rendimentos a reconhecer	1 589 063,48 €	5 208 422,02 €	6 797 485,50 €
Total de diferimentos passivos	19 568 302,98 €	11 631 986,21 €	31 200 289,19 €

Outros gastos

No quadro seguinte detalha-se o montante de outros gastos reconhecidos em 2025:

Outros gastos		
Designação	2024	2025
Imposto sobre o rendimento	-	-
Outros	39 151,02	52 385,33 €
IVA Suportado não dedutível	67 725,72	- €
Outros	-	-
Taxas	53 510,65	43 311,54 €
Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - Aplicação do método da equivalência patrimonial	259 423,27	925 194,40 €
Gastos em investimentos não financeiros - Abates	823 252,56	686,06 €
Correções de impostos diretos - Outros	-	-
Correções de impostos indiretos - Outros	411 659,05	511 488,09 €
Outras correções - Taxas	1 469,54	2 523,31 €
Outras correções	-	727,58
Prestações de Serviços	302,75	126,75 €
Rendas	6 937,97	30 524,52 €
Multas e outras penalidades	2 503,44	385,40 €
Devolução de transferências e subsídios obtidos	-	9 591,52
Encargos de Cobrança	3 199,80	6 365,55 €
Correcções/Investimentos	2 732 404,64	463 714,88 €
Outras correcções	10 296,38	24 051,64 €
Quotizações	198 883,54	203 886,92 €
Multas não fiscais	1 085,53	361,87 €
Condomínios	104 822,87	148 764,26 €
Gastos Bancárias	136 696,01	164 407,02 €
Indemnizações	559 685,71	15 908,72 €
Direitos de Autor	24 539,88	17 280,23 €
Correções de Inventários	1 538,75	20 465,87 €
Outros gastos	55 316,61	11 908,59 €
Total	5 494 405,69	2 654 060,05

Outros rendimentos

Detalha-se no seguinte quadro os outros rendimentos obtidos.

Outros rendimentos	2025
Outros rendimentos Suplementares	3 600,00 €
Rendas em propriedades de investimento	363 034,45 €
Outros rendimentos do Estado	123 077,03 €
Correções relativas a períodos anteriores	1 113 119,30 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2 263 968,15 €
Outros não especificados	626 229,09 €
Total	4 493 028,02 €

Subsídios ao investimento

O quadro que detalha a imputação dos subsídios ao investimento no exercício de 2025, encontra-se em caderno anexo. (Anexo VII)

ANEXOS

ANEXOS

- Anexo I – Caracterização institucional da entidade (Nota 1).
- Anexo II – Ativos intangíveis (Nota 3)
 - Detalhe das variações por classes de ativos, incluindo quantia bruta, amortizações, adições, abates e quantia escriturada
- Anexo III – Ativos fixos tangíveis (Nota 5)
 - Detalhe das variações por classes de ativos, incluindo quantia bruta, depreciações, adições, abates e quantia escriturada.
- Anexo IV – Locações operacionais (Nota 6)
- Anexo V – Empréstimos obtidos e juros do período (Nota 7)
- Anexo VI – Propriedades de investimento (Nota 8)
 - Detalhe das variações por classes de ativos, incluindo quantia bruta, depreciações, adições, abates e quantia escriturada
- Anexo VII – Subsídios ao investimento (Nota 14)
- Anexo VIII – Provisões e processos judiciais (Nota 15)
 - detalhe dos processos judiciais com provisão;
 - processos judiciais sem provisão (passivos contingentes).

Anexo I

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1.	Identificação	
1.1	Designação	Município de Almada
1.2	Contactos oficiais	
1.2.1	Endereço postal (arruamento, código postal e localidade)	Largo Luis de Camões - 2800-158 - Almada
1.2.2	Endereço de correio eletrónico	
1.2.3	Telefone	212724000
1.2.4	Endereço da página na internet	www.m.almada.pt
1.3	NIPC	500051054
1.4	Código de atividade económica (CAE)	
1.5	Missão/objeto social	Autarquia Local
1.6	No ano em apreço a entidade esteve	Em atividade
2.	Enquadramento	
2.1	Enquadramento no Sector Público	Administração Local
2.2	Forma jurídica / tipo societário	Associação pública
2.3	Para as entidades criadas ao abrigo do Código Civil/Código das Sociedades comerciais:	
2.3.1	Data da escritura de constituição / contrato de sociedade ou diploma de criação	(anexar no 1.º ano de prestação de contas da nova instrução)
2.3.2	Estatutos/acordos parasociais e respetivas alterações até ao ano n-1	(anexar no 1.º ano de prestação de contas da nova instrução)
2.3.3.	Alterações aos estatutos / contrato de sociedade ou acordos parasociais ocorridas no ano em apreço	Não
2.4	É entidade pública reclassificada de acordo com as listas anuais do INE	Não
2.5	Em caso afirmativo, desde quando	
2.6	É entidade pública concedente?	Não
2.7	É entidade concessionária /subconcessionária (pública ou privada)?	Não
2.8	Período da concessão	
2.9	Natureza da concessão	
2.1	Sendo concessionária, identificação da empresa concedente	
3.	Recursos humanos	
3.1	Número total de trabalhadores no início do período do relato	2630
3.2	Número total de trabalhadores no fim do período do relato	2623
3.3	Número de colaboradores em regime de prestação de serviços no início do período do relato	36
3.4	Número de colaboradores em regime de prestação de serviços no fim do período do relato	22
3.5	Anexar quadro de pessoal do período do relato em apreço (quando aplicável)	
4	Regime e organização contabilística	
4.1	Referencial contabilístico utilizado	SNCAP
4.2	Subsistema aplicável	
4.3	Manual de procedimentos contabilísticos	Não
4.4	Existência de descentralização contabilística	Não
4.4	Em caso afirmativo, breve descrição da articulação com a contabilidade central	
5	Outras informações	
5.1	Existência de Manual/Regulamento/Normas de controlo interno	Sim
5.2	Identificar as normas de controlo interno de especial relevo em matéria de gestão administrativa e financeira/patrimonial	(anexar documento)
5.3	Estrutura organizacional	Diploma/regulamento
5.4	Organograma	Sim
5.5	Ações inspetivas ou de auditoria, levadas a efeito por órgãos de controlo interno e externo	Não
5.6	Ações de auditoria externa desenvolvidas por iniciativa dos órgãos da entidade	Não
5.7	Outras ações de auditoria não especificadas	Inspeção Geral de Finanças - Contratação Pública-Março 2017

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Município de Almada - Câmara Municipal de Almada		
NIPC	500051054		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal	Largo Luis de Camões		
Telefone / Fax	212724000		
Endereço de correio eletrónico	gab.presidencia@cma.m-almada.pt		
Sítio na internet	www.m-almada.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Consultiva	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Organograma			
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE			Sim Não
Serviços Municipalizados			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante		
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Wemob - EM, SA			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Novalmadavelha - Agência de Desenvolvimento Local			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Arribatejo - Agência de Desenvolvimento Local			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Costapalis - Sociedade para o Desenvolvimento Polis na Costa da Caparica, SA			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Assoc. Parque de Ciência e Tecnologia ALMADA/SETUBAL-MADAN PARQUE			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
FAM - Fundo de Apoio Municipal			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos, SA.			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Atribuições e competências consignadas na legislação vigente			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Mandato de 2021 a 2025			
Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida (PS)			
Mária Teodolinda Monteiro Silveira (PS)			
José Pedro Ribeiro Gomes da Silva (PS)			
Francisca Luís Baptista Parreira (PS)			
Filipe Alexandre Pardal Pacheco (PS)			
Mária das Dores Marques Banheiro Meira (CDU)			
António José Sousa Matos (CDU)			
José Luis Riga Bucho de Matos (CDU)			
Helena Manuela Gil Azinheira (CDU)			
Mária Rita Silva Martins (CDU)			
Nuno Filipe Miragaia Matias (PSD)			
Joana Rodrigues Mortágua (BE)			
Mandato de 2025 a 2029			
Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida (PS)			
Filipe Alexandre Pardal Pacheco (PS)			
Ivan Costa Gonçalves (PS)			
Francisca Luís Baptista Parreira (PS)			
Luís Filipe Almeida Palma (CDU)			
Helena Manuela Gil Azinheira (CDU)			
António José Sousa Matos (CDU)			
Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD)			
Paulo Alexandra Ribeiro Sabino (PSD)			
Carlos Magno Valença Ferreira Walter de Magalhães (CHEGA)			
Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA)			
5.2 NÚMERO DE VEREADORES (1)	11		
Em regime de permanência	5		
A meio tempo	0		
Restantes vereadores	7		
5.3 NÚMERO DE ELETORES			
Até 10.000			
Mais de 10.000 e menos de 40.000			
Igual ou superior a 40.000	x		
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA			
As demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez, com base no normativo contabilístico - SNC-AP			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	Inspeção Geral de Finanças		
Data da ação	Março de 2017		
Período abrangido			
Identificação da ação	Contratação Pública		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS			Data de Aprovação
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Norma de Controlo Interno			16/12/2024
Regulamentos			
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			09/05/2012
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR			Data de Aprovação
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
1ª Revisão Orçamental			02/12/2025
2ª Revisão Orçamental			02/12/2025
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º REALH)			10/12/2025
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS			
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público			
Wemob - EM, SA			
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento Almada			
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada			
Novalmadavelha - Agência de Desenvolvimento Local			
Arribatejo - Agência de Desenvolvimento Local			
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA			Sim Não
(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)			
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS			Sim Não
(Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)			
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais			<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)			Sim Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa [2]			<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro			2623
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício	
	16	19	
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício			
- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS			Sim Não
(a especificar)			<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
- Concessionário: E-Redes			
- Objeto da concessão: Distribuição de energia elétrica em baixa tensão			Nota: No caso da Autarquia ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar um quadro com a informação prevista, por cada contrato
- Data de celebração do contrato			
- Período da concessão: 20 anos			
- Natureza da concessão			
7.11 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES			Sim Não
(a especificar)			<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>

Anexo II

Ativos Intangíveis

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE											
(MUNICÍPIO DE ALMADA)											
Período		(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento)									Ano
01/01/2025 31/12/2025		Visualizar Contas s/ Mov. <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/>									2025
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	504 052,29 €	17 494,72 €						- 147 950,52 €		373 596,49 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas de informação	504 052,29 €	17 494,72 €						- 147 950,52 €		373 596,49 €
A15	Propriedade industrial e intelectual										
A16	Outros										
A17	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		504 052,29 €	17 494,72 €						- 147 950,52 €		373 596,49 €

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
(MUNICÍPIO DE ALMADA)											
Período		(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento)									Ano
01/01/2025 31/12/2025		Visualizar Contas s/ Mov. <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/>									2025
Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis		17 494,72 €								17 494,72 €
A11	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
A12	Goodwill										
A13	Projetos de desenvolvimento										
A14	Programas de computador e sistemas de informação		17 494,72 €								17 494,72 €
A15	Propriedade industrial e intelectual										
A16	Outros										
A17	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL			17 494,72 €								17 494,72 €

Anexo III

Ativos Fixos Tangíveis

AFT - VARIAÇÃO DAS DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS								
(MUNICÍPIO DE ALMADA)								
Período	(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento dos Resultados)							Ano
01/01/2025								2025
31/12/2025	Visualizar Contas s/ Mov.		Sim					
RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	116 237 037,91 €	24 654 992,11 €		91 582 045,80 €	123 123 529,95 €	29 303 232,32 €		93 820 297,63 €
AFT11 Terrenos e recursos naturais	6 035 255,17 €			6 035 255,17 €	6 124 948,46 €			6 124 948,46 €
AFT12 Edifícios e outras construções	7 095 821,97 €	1 890 397,49 €		5 205 424,48 €	8 337 141,97 €	2 275 240,91 €		6 061 901,06 €
AFT13 Infraestruturas	101 578 210,29 €	22 743 729,17 €		78 834 481,12 €	102 571 312,74 €	27 006 115,32 €		75 565 197,42 €
AFT14 Património histórico, artístico e cultural	1 238 476,58 €	20 865,45 €		1 217 611,13 €	1 238 476,58 €	21 876,09 €		1 216 600,49 €
AFT15 Outros								
AFT16 Bens de domínio público em curso	289 273,90 €			289 273,90 €	4 851 650,20 €			4 851 650,20 €
Ativos fixos em concessão	116 717 959,90 €	101 604 961,70 €		15 112 998,20 €	118 135 504,79 €	102 074 300,55 €		16 061 204,24 €
AFT21 Terrenos e recursos naturais								
AFT22 Edifícios e outras construções								
AFT23 Infraestruturas	116 717 959,90 €	101 604 961,70 €		15 112 998,20 €	118 135 504,79 €	102 074 300,55 €		16 061 204,24 €
AFT24 Património histórico, artístico e cultural								
AFT25 Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	529 527 655,02 €	136 690 101,01 €		392 837 554,01 €	533 781 411,93 €	146 392 909,55 €		387 388 502,38 €
AFT31 Terrenos e recursos naturais	177 728 206,50 €			177 728 206,50 €	168 470 737,99 €			168 470 737,99 €
AFT32 Edifícios e outras construções	280 800 562,21 €	89 294 902,64 €		191 505 659,57 €	285 431 829,70 €	95 674 285,00 €		189 757 544,70 €
AFT33 Equipamento básico	20 168 331,36 €	12 909 602,74 €		7 258 728,62 €	20 796 222,60 €	14 193 259,85 €		6 602 962,75 €
AFT34 Equipamento de transporte	15 075 051,19 €	11 084 783,42 €		3 990 267,77 €	15 162 055,93 €	12 112 469,34 €		3 049 586,59 €
AFT35 Equipamento administrativo	13 308 696,35 €	11 712 499,53 €		1 596 196,82 €	13 641 163,42 €	12 198 739,89 €		1 442 423,53 €
AFT36 Equipamentos biológicos								
AFT37 Outros	13 202 062,82 €	11 688 312,68 €		1 513 750,14 €	13 518 071,49 €	12 214 155,47 €		1 303 916,02 €
AFT38 Ativos fixos tangíveis em curso	9 244 744,59 €			9 244 744,59 €	16 761 330,80 €			16 761 330,80 €
TOTAL	762 482 652,83 €	262 950 054,82 €		499 532 598,01 €	775 040 446,67 €	277 770 442,42 €		497 270 004,25 €

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
(MUNICÍPIO DE ALMADA)											
Período	(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento)										Ano
01/01/2025											2025
31/12/2025	Visualizar Contas s/ Mov.		Sim								
Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		5 515 712,00 €				523,74 €				55 272,03 €	5 571 507,77 €
Terrenos e recursos naturais						523,74 €				55 272,03 €	55 795,77 €
Edifícios e outras construções		18 238,11 €									18 238,11 €
Infraestruturas		154 378,03 €									154 378,03 €
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso		5 343 095,86 €									5 343 095,86 €
Ativos fixos em concessão		1 815 941,64 €								- 398 396,75 €	1 417 544,89 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		1 815 941,64 €									
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		25 327 732,61 €				1 148 420,00 €	407 960,00 €			- 9 018,35 €	26 875 094,26 €
Terrenos e recursos naturais		8 054 300,00 €				1 148 420,00 €				92 971,65 €	9 295 691,65 €
Edifícios e outras construções		255 549,01 €					407 960,00 €			- 101 990,00 €	561 519,01 €
Equipamento básico		564 193,14 €									564 193,14 €
Equipamento de transporte		68 579,07 €									68 579,07 €
Equipamento administrativo		340 279,77 €									340 279,77 €
Equipamentos biológicos											
Outros		287 686,65 €									287 686,65 €
Ativos fixos tangíveis em curso		15 757 144,97 €									15 757 144,97 €
TOTAL		32 659 386,25 €				1 148 943,74 €	407 960,00 €			- 352 143,07 €	

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES

(MUNICÍPIO DE ALMADA)

Período
01/01/2025
31/12/2025

(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento)

Ano
2025

Visualizar Contas s/ Mov.	Sim
---------------------------	-----

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	- 17 957 452,49 €	- 3 239 253,96 €			- 48 389,70 €	- 21 245 096,15 €
Terrenos e recursos naturais	- 17 957 452,49 €	- 602 077,47 €			- 47 703,83 €	- 18 607 233,79 €
Edifícios e outras construções		- 2 637 176,49 €				- 2 637 176,49 €
Equipamento básico					- 686,06 €	- 686,06 €
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					0,19 €	0,19 €
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL	- 17 957 452,49 €	- 3 239 253,96 €			- 48 389,70 €	- 21 245 096,15 €

Anexo IV

Loações Operacionais - Locadora

Rendas Comerciais							
Descrição	Início	Fim	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal atual)	Valor total	Valor Recebido 2025	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Quinta de Santo António, Bloco 6, R/c Esq., Laranjeiro Minimercado	01/10/1975	31/12/2023	578	59,42 €	34 344,76 €	766,59 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel José Gomes, Nº 14, Cova da Piedade Restaurante	25/09/2000	31/12/2023	279	4,38 €	1 222,02 €	Desistência	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Bairro Social da Trafaria- Bloco 2-Cave, Trafaria Minimercado	01/09/1972	31/12/2023	615	94,25 €	57 963,75 €	1 216,02 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Latino Coelho, Nº 1, R/c, Almada Restaurante	06/11/1992	31/12/2023	373	111,74 €	41 679,02 €	1 367,39 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel Febreiro, N.º 114, Mutela, Cova da Piedade Oficina	01/10/2016	31/12/2023	86	259,17 €	22 288,62 €	3 343,89 €	Serviços
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R1	15/06/2010	15/06/2025	180	784,68 €	141 242,40 €	10 069,56 €	Comércio
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R2	20/12/2013	20/12/2025	144	839,13 €	120 834,72 €	1 069,56 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafeteria Casa da Cerca	12/05/2014	31/12/2022	103	363,66 €	37 456,98 €	4 734,63 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafeteria Casa da Cerca	01/05/2021	31/03/2036	178	317,56 €	56 525,68 €	4 141,26 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Avenida D.Nuno Álvares Pereira, N.º 74 A,B,C,D Gabinete de Apoio à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	09/02/2021	31/12/2022	22	5,12 €	112,64 €	66,98 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Av. 25 de Abril, N.º 16 - 1.º Esq., Cacilhas Residência de Suporte à Autonomia	20/05/2020	31/12/2023	43	5,12 €	220,16 €	66,60 €	Serviços de Ação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Av.º D João I, N.º 35, R/c, Almada (RE)AGÉ em Rede - CLDS-4G	06/08/2020	06/08/2023	36	4,41 €	158,76 €	58,22 €	Serviços de Ação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Cafeteria do Fórum Romeu Correia, Almada	22/11/2024	22/11/2027	36	1 012,19 €	36 438,84 €	14 966,90 €	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Restaurante/Bar do Miradouro Luís de Queiroz	07/01/2025	07/01/2030	60	2 500,00 €	150 000,00 €	30 012,52 €	Comércio
Total				6 360,83 €	700 488,35 €	71 880,12 €	

Loações Operacionais - Locatária

Descrição	Início	Fim	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2025	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Capitão Leitão nº 6 - 1.º esq., Almada Comodatado à delegação de Almada da Ordem dos Advogados	01/11/1972	31/12/2023	613	580,00 €	355 540,00 €	7 135,42 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Praceta Dr.ª Adelaide Coutinho, nº 8A cave Dt.ª - Almada Armazém Arquivo Histórico	01/10/2008	31/12/2023	182	600,00 €	109 200,00 €	7 200,00 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Marcos Assunção, nº 3B, Praçal Atendimento da Divisão de Habitação	01/06/2017	31/12/2023	78	695,11 €	54 218,58 €	8 461,40 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-D, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/11/1975	31/12/2023	577	121,85 €	70 307,45 €	1 462,20 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	28/01/1975	31/12/2023	587	725,07 €	425 616,09 €	8 873,10 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Pedro Nunes, 40-H, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/06/2008	31/12/2023	186	1 871,45 €	348 089,70 €	22 780,76 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-G, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	05/01/1975	31/12/2023	587	913,27 €	536 089,49 €	10 959,24 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 40-C, 40-D e 40-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	07/11/1979	31/12/2023	529	1 748,65 €	925 035,85 €	16 830,00 €	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-C, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/02/1975	31/12/2023	586	653,57 €	382 992,02 €	7 842,84 €	Serviços
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RUA D. SANCHO I, N.º 5 4.º ESQ, ALMADA - FRAÇÃO I	01/06/2023	30/06/2028	60	880,00 €	52 800,00 €	10 560,00 €	Habitação Social
Contrato de arrendamento não habitacional R. D. José de Mascarenhas nº 35, 1.º andar Dt.ª e Esq.ª, Almada Contact Center e Gabinete de Vereação da Oposição	01/07/2006	31/12/2023	209	746,78 €	156 077,02 €	8 961,36 €	Serviços
Total				3 415 966,20 €	102 193,22 €		

Habitação Social - 2º Torrão							
Descrição	Início	Fim	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2025	Observações
ZTRE-01383 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR DIREITO-HABITAÇÃO, SITO NA RUA FERRER TRINDADE,Nº 5, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	01/10/2022	31/03/2025	30	908,99 €	27 269,70 €	908,99 €	Habitação Social
ZTRE-01392 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR DIREITO, BLOCO 2 EDIFÍCIO 4-COM ENTRADA PELA RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO, Nº6 - DESTINADO A HABITAÇÃO E ARRECADADAÇÃO NA CAVE COM O Nº A-8 E UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA CAVE COM O Nº E-72, SITO NA RUA JOLY BRAGA SANTOS NºS 27, 29, 31, 33, 35, 37, E 39; RUA JORGE PEIXINHO NºS 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37 E 39; RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO NºS 6, 8 E 10; RUA JOSÉ VIANA DA MOTA NºS 20, 22 E 24, FREGUESIA DE ALHOS	01/10/2022	31/03/2025	30	737,89 €	22 136,70 €	737,89 €	Habitação Social
ZTRE-02635 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA L DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO, SITO NA RUA QUINTA DA MEDIDEIRA, NºS 12 E 12-A, FREGUESIA DE AMORA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2025	30	673,72 €	20 211,60 €	673,72 €	Habitação Social
ZTRE-02701 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO QUINTO ANDAR D, SITO NA QUINTA DA MEDIDEIRA, LOTE 32, RUA IVONE SILVA, Nº3, FREGUESIA DE AMORA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2025	30	695,11 €	20 853,30 €	695,11 €	Habitação Social
ZTRE-01393 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA "BU" DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR DIREITO-BLOCO 2 EDIFÍCIO 5- COM ENTRADA PELA RUA JOSÉ VIANNA DA MOTA, Nº24- E ARRECADADAÇÃO NA CAVE COM O Nº A-5 E UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA CAVE COM O Nº E-65, SITO NA RUA JOLY BRAGA SANTOS NºS 27,29,31, 33, 35, 37 E 39, RUA JORGE PEIXINHO NºS 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37 E 39; RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO NºS 6,8 E 10; RUA JOSÉ VIANNA DA MOTA NºS 20,22 E 24 , FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	10/10/2022	10/04/2025	30	802,05 €	24 061,50 €	802,05 €	Habitação Social
ZTRE-02085 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA BU DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO QUINTO ANDAR 503 E ARRECADADAÇÃO NO MESMO PISO - HABITAÇÃO- ENTRADA Nº22, SITO NA AVENIDA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, NºS 22, 22-A, 22-B, 22-C, 22-D, 22-E, 24, 24-A, 24-B, 24-C, 24-D, 24-E, 24-F E 24-G, FREGUESIA DEALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	10/10/2022	10/04/2025	30	780,66 €	23 419,80 €	780,66 €	Habitação Social
ZTRE-01366 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR DIREITO, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nº3 2º DIREITO, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	18/10/2022	18/04/2025	30	812,74 €	24 382,20 €	812,74 €	Habitação Social
ZTRE-03172 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR FRENTE, SITO NA RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA, Nº1 1ª FRENTE, FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	22/10/2022	22/04/2025	30	769,97 €	23 099,10 €	769,97 €	Habitação Social
ZTRE-04352 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO R/CHÃO ESQUERDO , SITO NA RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA, Nº19 E PRACETA GUILHERME BATISTA ROCHA, NºS 7 E 7-A FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	22/10/2022	22/04/2025	30	705,80 €	21 174,00 €	705,80 €	Habitação Social
ZTRE-03031 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE IMÓVEL SITO NA RUA JORGE PEIXINHO, Nº19 3º ESQUERDO, FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	22/10/2022	22/04/2025	30	769,97 €	23 099,10 €	769,97 €	Habitação Social
ZTRE-01364 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR FRENTE, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nº3, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	01/11/2022	30/04/2025	30	748,58 €	22 457,40 €	748,58 €	Habitação Social
ZTRE-04047 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEXTO ANDAR B, SITO NA TRAVESSA DAVID LOPES, Nº4 6º ANDAR, FREGUESIA DA AMORA, CONCELHO DA SEIXAL	25/10/2022	24/04/2025	30	727,19 €	21 815,70 €	727,19 €	Habitação Social
ZTRE-02106 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA JOAQUIM PENEDO, Nº10 R/C DRT, AMORA	01/12/2022	31/05/2025	30	695,11 €	20 853,30 €	1 405,23 €	Habitação Social
ZTRE-03998 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA AVENIDA CARLOS DE OLIVEIRA, Nº80 1ºESQ, ARRENTELA	01/12/2022	31/05/2025	30	769,97 €	23 099,10 €	2 343,17 €	Habitação Social
ZTRE-04006 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº4 6ºC, CORROIOS	01/12/2022	31/05/2025	30	705,80 €	21 174,00 €	1 426,85 €	Habitação Social
ZTRE-04416 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA DR. EGAS MONIZ, Nº 27 R/C ESQ, MOITA	01/12/2022	31/05/2025	30	727,19 €	21 815,70 €	2 212,99 €	Habitação Social
ZTRE-03174 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº4 7ªA, CORROIOS	01/12/2022	31/05/2025	30	748,58 €	22 457,40 €	1 513,33 €	Habitação Social
ZTRE-01378 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA FERRER TRINDADE, NºS 19F , BARREIRO	01/12/2022	31/05/2025	30	855,52 €	25 665,60 €	1 729,52 €	Habitação Social
ZTRE-01490 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA-QUINTA DA BOA HORA, Nº 30 4º ESQ TRASEIRAS ARRENTELA, SEIXAL	12/12/2022	11/06/2025	30	748,58 €	22 457,40 €	2 278,08 €	Habitação Social
ZTRE-03003 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA FRANCISCO CASAL, Nº3 1ºESQ, VERDERENA, BARREIRO	12/12/2022	11/06/2025	30	598,86 €	17 965,80 €	1 822,46 €	Habitação Social
ZTRE-03021 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº1-C, 3-B E 5-A 4ºESQ-CORPO CENTRAL DOIS-COM ENTRADA PELA ESCADA B ,CORROIOS, SEIXAL	12/12/2022	11/06/2025	30	844,83 €	25 344,90 €	1 707,91 €	Habitação Social
ZTRE-03878 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA BRITO CAMACHO, LOTE 1483 3ºESQ, QUINTA DO CONDE -SESIMBRA	12/12/2022	11/06/2025	30	748,58 €	22 457,40 €	1 513,33 €	Habitação Social
ZTRE-02313 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA EMÍDIO GUILHERME GARCIA MENDES, Nº39 R/C C, AMORA	01/02/2023	31/07/2025	30	844,83 €	25 344,90 €	2 589,24 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA E ESTACIONAMENTO COBERTO CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA FERNANDO GUSMÃO, Nº3 A, 3 E 3B, - 2ºC FREGUESIA DE SANTA CLARA, CONCELHO DE LISBOA	01/10/2022	30/09/2025	36	900,00 €	32 400,00 €	1 800,00 €	Habitação Social

Habitação Social - 2º Torção							
Descrição	Início	Fim	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2025	Observações
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO RÉ-DO-CHÃO ESQUERDO, SITO NA PRAÇA JOÃO JURADO, Nº5 R/C ESQ., FREGUESIA DE VILA NOVA DE CAPARICA, CONCELHO DE ALMADA	01/10/2022	30/09/2025	36	900,00 €	32 400,00 €	900,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO SITO NA QUEIMADA, AV. DR. ARLINDO VICENTE, Nº5 13 E 15, FREGUESIA DE ARRENTELA CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	30/09/2025	36	535,00 €	19 260,00 €	535,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO SITO NA QUEIMADA, AV. DR. ARLINDO VICENTE, Nº5 13 E 15, FREGUESIA DE ARRENTELA CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	30/09/2025	36	535,00 €	19 260,00 €	535,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL PRIMEIRO ANDAR DIREITO, SITO RUA DUARTE PACHECO PEREIRA, Nº11, 2825-044 COSTA DE CAPARICA, CONCELHO DE ALMADA	01/10/2022	30/09/2025	36	1 000,00 €	36 000,00 €	1 000,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA MANUEL PARADA, Nº B-2, 2ºDRT, ALMADA	11/11/2022	11/10/2025	35	1 100,00 €	38 500,00 €	3 300,00 €	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL - FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA L, CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA AVENIDA NUNO ÁLVES PAREIRA, Nº18 2ºESQ, ALMADA	01/12/2022	30/11/2025	36	874,00 €	31 464,00 €	2 622,00 €	Habitação Social
				Total	731 899,60 €	40 366,78 €	

EMPRESTÍMOS - Serviço da dívida	2025		2026 (CP)		2027 (1)		2028 (2)		2029 (3)		2030 e seguintes - outros	
	AMORT	JUROS	AMORT	JUROS	AMORT	JUROS	AMORT	JUROS	AMORT	JUROS	AMORT	JUROS
	Caixa Geral de Depósitos:	237 903,67 €	12 595,38 €	241 406,26 €	7 738,39 €	183 213,19 €	5 623,49 €	185 017,85 €	3 818,84 €	146 889,20 €	1 996,35 €	108 162,75 €
68 FOGOS / PER	59 468,71 €	907,49 €	59 975,26 €	327,85 €								
87 FOGOS / PER	75 876,75 €	4 683,41 €	77 293,86 €	2 613,26 €	78 083,94 €	1 818,32 €	78 887,03 €	1 015,23 €	39 747,25 €	203,88 €		
58 FOGOS / PER	57 900,06 €	4 397,84 €	58 962,16 €	2 824,44 €	59 545,89 €	2 240,71 €	60 135,39 €	1 651,22 €	60 730,74 €	1 055,87 €	61 331,97 €	454,65 €
55 FOGOS / PER	44 658,15 €	2 606,64 €	45 174,98 €	1 972,84 €	45 583,36 €	1 564,46 €	45 995,43 €	1 152,39 €	46 411,21 €	736,60 €	46 830,78 €	317,04 €
Banco BPI:	983 397,35 €	223 171,94 €	1 008 291,43 €	159 167,45 €	1 026 894,66 €	121 092,79 €	1 046 155,20 €	82 440,84 €	909 611,29 €	43 963,17 €	455 555,81 €	12 786,85 €
ESCOLAS BÁSICAS (01380743830002)	139 504,29 €	17 671,38 €	144 764,68 €	10 705,42 €	148 570,61 €	6 889,49 €	152 476,64 €	2 993,47 €				
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA:												
REDE ESCOLAR	125 734,82 €	27 794,42 €	125 734,82 €	19 520,08 €	125 734,82 €	14 317,58 €	125 734,82 €	9 136,45 €	125 734,82 €	3 912,57 €		
REGENERAÇÃO URBANA (1380743830003)	344 853,40 €	76 231,90 €	344 853,40 €	53 537,81 €	344 853,40 €	39 268,87 €	344 853,40 €	25 058,59 €	344 853,40 €	10 731,01 €		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMA DA n.º 1380743830004	373 304,84 €	101 474,24 €	392 938,53 €	75 404,14 €	407 735,83 €	60 606,85 €	423 090,34 €	45 252,33 €	439 023,07 €	29 319,59 €	455 555,81 €	12 786,85 €
Banco Santander Totta:	668 750,00 €	52 610,56 €	668 750,00 €	25 512,82 €	334 375,00 €	5 102,56 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00 €	52 610,56 €	668 750,00 €	25 512,82 €	334 375,00 €	5 102,56 €						
Empréstimos - Quadro:	255 988,18 €	41 790,56 €	267 740,75 €	24 509,23 €	274 420,22 €	17 902,83 €	250 488,72 €	11 166,80 €	256 812,91 €	4 842,62 €	- €	- €
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	227 700,04 €	39 060,19 €	238 377,53 €	23 208,45 €	244 320,27 €	17 335,25 €	250 488,72 €	11 166,80 €	256 812,91 €	4 842,62 €		
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	28 288,14 €	2 730,37 €	29 363,22 €	1 300,78 €	30 099,95 €	567,58 €						
TOTAL EMPRESTÍMOS	2 146 039,20 €	330 168,44 €	2 186 188,44 €	216 927,89 €	1 818 903,07 €	149 721,67 €	1 481 661,77 €	97 426,48 €	1 313 313,40 €	50 802,14 €	563 718,56 €	13 558,54 €

Anexo VI

Propriedades de Investimento

PI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE (MODELO DO CUSTO)														
(MUNICÍPIO DE ALMADA)														
(Periodicidade Trimestral / Período Trimestral Após Apuramento dos Resultados)														
Visualizar Contas s/ Mov. <input type="checkbox"/> Sim														
Período	Ano													
01/01/2025	2025													
31/12/2025														
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	895 842,55 €			-16 364,88 €					879 477,67 €			363 084,45 €	
PI1	Bens de domínio público													
PI2	Terrenos e recursos naturais	365 007,12 €								365 007,12 €			291 084,21 €	
PI3	Edifícios e outras construções	530 835,43 €			-16 364,88 €					514 470,55 €			71 950,24 €	
PI4	Outras propriedades de investimento													
PI5	Propriedades de Investimento em curso													
	TOTAL	895 842,55 €			-16 364,88 €					879 477,67 €			363 084,45 €	

Anexo VII

Subsídios ao Investimento

Designação do bem	Valor do Protocolo	Valor Contabilizado	Data de Inventário	Saldo a 31/12/2025	Imputado ao exercício	Acumulado	Saldo
68 Fogos (PER)	138 534,74 €	138 534,74 €	1/jan/03	77 579,69 €	2 770,69 €	63 725,74 €	74 809,00 €
188 Fogos (PER)	4 445 716,00 €	4 001 144,40 €	1/jan/03	2 191 613,39 €	88 914,32 €	1 898 445,33 €	2 102 699,07 €
Jardim de Inf. do Pragal	57 362,00 €	57 362,00 €	1/jan/04	33 270,60 €	1 147,24 €	25 238,64 €	32 123,36 €
Jardim de Inf. da Cova da Piedade	24 586,00 €	24 586,00 €	1/ago/02	13 562,58 €	491,72 €	11 515,14 €	13 070,86 €
Jardim de Inf. da Costa de Caparica	57 362,00 €	57 362,00 €	1/jan/04	33 270,60 €	1 147,24 €	25 238,64 €	32 123,36 €
Jardim de Inf. Monte de Caparica	17 338,00 €	17 338,00 €	1/jan/04	10 055,40 €	346,76 €	7 629,36 €	9 708,64 €
Jardim de Inf. Vale Rosal	36 726,00 €	36 726,00 €	1/jan/04	21 301,08 €	734,52 €	16 159,44 €	20 566,56 €
Jardim de Inf. Laranjeiro	6 664,00 €	6 664,00 €	1/ago/02	3 675,61 €	133,28 €	3 121,67 €	3 542,33 €
Esc. Centenária n.º 2 da Cova da Piedade	30 998,52 €	30 998,00 €	1/jan/01	16 119,63 €	619,97 €	15 498,34 €	15 499,66 €
Esc. Centenária n.º 3 de Almada	26 624,31 €	26 624,31 €	1/jan/01	13 845,54 €	532,49 €	13 311,26 €	13 313,05 €
Esc. Centenária n.º 1 do Monte	130 456,48 €	130 456,48 €	1/jan/01	67 836,75 €	2 609,14 €	65 228,87 €	65 227,61 €
Teatro Municipal de Almada	2 493 989,48 €	2 493 989,48 €	1/jan/07	1 596 153,09 €	49 879,80 €	947 716,19 €	1 546 273,29 €
Museu da Cidade	2 195 453,95 €	2 195 453,95 €	1/jan/02	1 185 545,11 €	43 909,08 €	1 053 817,92 €	1 141 636,03 €
RECRIA - R. da Cerca n.º 2 e n.º 12	10 703,69 €	10 703,69 €	1/jan/05	973,80 €	486,53 €	10 216,42 €	487,27 €
I.C.N. - 132 Fogos	697 198,24 €	697 198,24 €	1/jan/03	396 256,36 €	13 943,96 €	314 885,84 €	382 312,40 €
200 Fogos	4 288 621,86 €	4 288 621,86 €	1/jan/03	2 541 041,34 €	85 772,44 €	1 833 352,96 €	2 455 268,90 €
Mercado da Cova da Piedade	593 094,01 €	593 094,01 €	1/jan/07	370 580,17 €	11 861,88 €	225 375,72 €	367 718,29 €
Via Alternativa ao Monte de Caparica	1 370 054,27 €	1 370 054,27 €	1/set/09	319 679,24 €	68 502,71 €	1 118 877,74 €	251 176,53 €
Esc. Bás. 1/J.I. Cataventos da Paz	225 200,00 €	221 176,42 €	1/dez/11	162 249,41 €	4 504,00 €	63 431,01 €	157 745,41 €
Jardim Infância n.º 1 do Feijó	168 900,00 €	163 819,46 €	1/set/13	125 535,45 €	3 378,00 €	41 662,01 €	122 157,45 €
Jardim Infância n.º 2 do Laranjeiro	168 900,00 €	155 131,07 €	1/dez/11	110 935,57 €	3 378,00 €	47 573,50 €	107 557,57 €
Jardim Infância n.º 3 do Laranjeiro	168 900,00 €	168 093,30 €	1/dez/11	123 897,80 €	3 378,00 €	47 573,50 €	120 519,80 €
Esc. EB Laranjeiro n.º 1	188 050,50 €	173 368,50 €	1/dez/10	153 006,50 €	3 490,62 €	23 852,62 €	149 515,88 €
Subst. Coberturas Escolas	275 032,45 €	275 032,45 €	1/dez/10	237 902,96 €	5 500,66 €	42 630,15 €	232 402,30 €
Esc. Bás. 1/J.I. Pragal n.º 2	1 025 196,08 €	1 025 196,08 €	1/dez/10	736 432,54 €	20 503,92 €	309 267,46 €	715 928,62 €
Esc. Bás. 1/J.I. Costa de Caparica n.º 2	1 009 099,70 €	1 009 099,70 €	1/dez/11	724 870,23 €	20 182,00 €	304 411,47 €	704 688,23 €
Esc. Bás. 1/J.I. Vale Figueira n.º 1	1 018 990,36 €	1 018 990,36 €	1/dez/10	731 974,39 €	20 379,82 €	307 395,79 €	711 594,57 €
Esc. Bás. 1/J.I. Almada n.º 2	982 360,61 €	982 360,61 €	1/dez/13	725 309,31 €	19 647,22 €	276 698,52 €	705 662,09 €
Esc. Bás. 1/J.I. Trafaria n.º 2	435 313,67 €	435 313,67 €	1/mar/19	312 700,59 €	8 706,28 €	131 319,36 €	303 994,31 €
Esc. Bás. 1/J.I. Charneca de Caparica n.º 2	1 182 945,26 €	1 182 945,26 €	1/abr/18	920 725,33 €	23 658,92 €	285 878,85 €	897 066,41 €
Ciclovia	773 403,58 €	773 403,58 €	1/dez/12	216 433,39 €	38 670,18 €	595 640,37 €	177 763,21 €
Requalificação da R. Cândido dos Reis	305 609,42 €	305 609,42 €	1/dez/12	120 970,57 €	15 280,48 €	199 919,33 €	105 690,09 €
Biblioteca Municipal de Fróis	975 866,02 €	975 866,02 €	1/03/20	753 043,54 €	19 517,32 €	242 339,80 €	733 526,22 €
Piscina Municipal do Fróis	1 306 832,72 €	1 306 832,72 €	1/jul/21	991 015,17 €	26 136,66 €	341 954,21 €	964 878,51 €
Quarteirão das Artes	402 059,54 €	402 059,54 €	Vários Equip.	312 936,24 €	8 041,20 €	97 164,50 €	304 895,04 €
Reabilitação Museu Naval	195 000,00 €	195 000,00 €	Vários Equip.	76 375,00 €	9 750,00 €	128 375,00 €	66 625,00 €
Museu da Música	209 076,41 €	209 076,41 €	Vários Equip.	158 549,71 €	4 181,52 €	54 708,22 €	154 368,19 €
Consolidação da Escarpa Ribeirinha	707 211,05 €	707 211,05 €	1/ago/13	279 937,90 €	35 360,56 €	462 633,71 €	244 577,34 €
Centro de Interpretação de Almada Velha	316 048,84 €	316 048,84 €	1/dez/12	278 386,64 €	3 160,50 €	40 822,70 €	275 226,14 €
Circuito da Saúde	27 714,17 €	27 714,17 €	1/dez/13	469,25 €	1 220,61 €	26 024,31 €	1 689,86 €
Reabilitação do Jardim da Cova da Piedade	317 724,96 €	271 927,85 €	1/nov/12	118 360,77 €	31 772,50 €	185 339,58 €	86 588,27 €
Espaços Exteriores Caramujo-Romeira	990 840,01 €	885 205,94 €	1/dez/12	711 808,94 €	49 542,00 €	222 939,00 €	662 266,94 €
Requalif. Núcleo Histórico da Cova da Piedade	137 134,56 €	137 134,57 €	1/fev/13	124 044,98 €	2 364,76 €	15 454,35 €	121 680,22 €
Vale WiFi4EU	14 943,90 €	14 943,90 €	1/mai/21	1 245,31 €	1 245,31 €	14 943,90 €	0,00 €
Eficiência Energética do Forum Romeu Correia	191 742,82 €	170 035,86 €	1/dez/22	120 764,75 €	20 442,00 €	69 713,11 €	100 322,75 €
Recolha Seletiva de Biorresíduos	1 239 090,15 €	918 644,40 €	Vários Equip.	337 363,13 €	172 350,00 €	765 036,77 €	165 013,13 €
Percursos Pedonais e Cidáveis	1 295 445,31 €	636 002,27 €	1/jan/20	219 609,17 €	46 265,90 €	462 659,00 €	173 343,27 €
Presídio da Trafaria	674 312,91 €	671 629,35 €	1/jul/20	641 285,25 €	6 743,14 €	37 087,24 €	634 542,12 €
Estrada Florestal	3 720 432,70 €	3 534 100,37 €	1/jul/23	3 255 067,91 €	186 021,64 €	465 054,10 €	3 069 046,27 €
Cobertura_Carlos_Gargaté	97 097,06 €	97 097,06 €	1/mar/22	91 594,90 €	7 444,10 €	7 444,10 €	89 652,96 €
Cobertura_Daniel_Sampaio	279 584,58 €	279 551,94 €	1/mar/22	264 640,76 €	7 455,59 €	22 366,76 €	257 185,18 €
Cobertura_António_Costa	162 439,43 €	160 888,66 €	1/mar/22	151 683,74 €	3 248,80 €	12 453,72 €	148 434,95 €
Cobertura_Miradouro_Alfazina	274 144,52 €	271 687,28 €	1/mar/22	256 152,41 €	5 482,90 €	21 017,77 €	250 669,52 €
Cobertura_Fernão_Mendes_Pinto	435 171,19 €	431 183,95 €	1/mar/22	406 524,26 €	8 703,42 €	33 363,11 €	397 820,84 €
Cobertura_Anselmo_Andrade	340 364,46 €	337 313,84 €	1/mar/22	318 026,51 €	6 807,30 €	26 094,63 €	311 219,21 €
Cobertura_Cacilhas_Tejo	290 911,27 €	288 303,74 €	1/mar/22	275 034,38 €	10 666,76 €	23 936,11 €	264 367,63 €
Cobertura_António_Gedeão	176 465,35 €	173 753,43 €	1/mar/22	163 753,71 €	3 529,32 €	13 529,04 €	160 224,39 €
Cobertura_Francisco_Simões	321 391,74 €	317 525,10 €	1/mar/22	299 312,90 €	6 427,84 €	24 640,04 €	292 885,07 €
Cobertura_Alebrança	331 373,88 €	327 133,91 €	1/mar/22	308 356,05 €	6 627,48 €	25 405,34 €	301 728,57 €
Cobertura_Elias_Garcia	242 089,99 €	238 558,45 €	1/mar/22	224 840,02 €	4 841,80 €	18 560,23 €	219 998,22 €
Cobertura_Costa_Caparica	189 249,12 €	187 563,59 €	1/mar/22	176 839,48 €	3 784,98 €	14 509,09 €	173 054,50 €
Cobertura_Agrp_Trafaria	172 436,04 €	170 405,81 €	1/mar/22	160 634,44 €	3 448,72 €	13 220,09 €	157 185,72 €
Cobertura_Trafaria_n.º1	21 100,77 €	20 920,03 €	1/jul/20	19 020,94 €	422,02 €	2 321,11 €	18 598,92 €
Cobertura_Trafaria_n.º3	56 127,65 €	55 646,89 €	1/jul/20	50 595,40 €	1 122,56 €	6 174,05 €	49 472,85 €
Ampliação do Jardim de Infância da Sobreda	338 780,18 €	318 497,78 €	1/mai/14	244 571,50 €	6 985,16 €	80 911,44 €	237 586,34 €
Reestruturação e Ampliação da EB Maria Rosa Col.	1 441 633,58 €	1 569 435,38 €	1/dez/24	1 422 296,39 €	51 486,92 €	55 777,50 €	1 513 657,88 €
Espaço Comunitário Madame Faber	366 080,32 €	155 472,03 €	1/dez/24	154 945,51 €	7 321,62 €	7 848,14 €	147 623,89 €
Espaços Exteriores em Bairros de Habitação Social	148 970,37 €	148 970,37 €	1/dez/24	148 239,48 €	7 448,52 €	8 179,41 €	140 790,96 €
PRR - Aquisição de Habitação	6 679 325,97 €	4 236 598,67 €	Vários Fogos	896 332,32 €	706 772,98 €	825 754,79 €	3 410 843,88 €
Cacilhas-Tejo Salgas Romanas	3 069 816,68 €	3 056 818,55 €	30/dez/24	- €	153 490,84 €	153 490,84 €	2 903 327,71 €
Parque Urbano da Charneca de Caparica	930 859,13 €	259 946,74 €	16/abr/25	- €	69 814,43 €	69 814,43 €	190 132,31 €
TOTAL	53 636 274,52 €	48 549 157,75 €		18 568 605,35 €	2 263 968,16 €	15 425 670,38 €	33 134 892,88 €

Anexo VIII

Processos Judiciais considerados em Provisão

Processos Judiciais em Curso			
N.º do Processo	Descrição do Litígio	Réu	Valor 2025
3219/13.0BELSB	Execução de acto administrativo	CMA e outros	30 612,10 €
630/14.3BEALM	Ação Administrativa Comum – Responsabilidade Civil das Pessoas Coletivas.	CMA	49 592,31 €
495/16.0BEALM	Processo de Impugnação/Liquidação de Tributos	CMA	181 615,78 €
1419/09.7BEALM	Ação Administrativa Comum/Recurso Jurisdicional de Ação Administrativa Comum	CMA e outros	505 335,40 €
2833/14.1T8ALM	Execução Sumária	CMA	2 550 663,88 €
370/21.7BELSB	Contencioso pré-contratual	MA e Eulen	71 760,00 €
174/21.7BEALM	Contencioso pré-contratual	MA / ISPT / DAPE	1 605 735,00 €
299/19.9BEALM	Ação de responsabilidade civil extra-contratual	MA	40 921,78 €
584/18.7BEALM	Ação de responsabilidade civil extra-contratual	MA	26 942,30 €
82/21.1BEALM	Oposição à execução fiscal	MA	151 886,05 €
2152021/000006890	Contra ordenação	MA	208,81 €
21512021/600000787	Contra ordenação	MA	20 452,56 €
906/21.3BELSB	Impugnação de acto administrativo e pedido de indemnização	MA	324 077,73 €
2-3295-2021	Contra ordenação	MA	18 000,00 €
733/21BEALM	Impugnação de acto administrativo	MA	500,00 €
486/22BEALM	Ação Popular	MA	45 000,00 €
326/22BEALM	Pedido de condenação em pagamento	MA	323 687,00 €
39/23BEALM	Impugnação de acto administrativo	MA	30 000,10 €
53/22	Impugnação de acto administrativo	MA	30 000,10 €
486/22.2BEALM	Ação de responsabilidade civil extra-contratual	MA	45 000,00 €
572/23.1BEALM	Ação Administrativa	MA	30 000,01 €
592/23.6BEALM	Ação Administrativa	MA	30 000,01 €
584/23.5BEALM	Ação Administrativa	MA	30 000,01 €
634/23.5BEALM	Ação de responsabilidade civil extra-contratual	MA	18 441,80 €
659/23.0BEALM	Ação Administrativa	MA	30 000,01 €
873/23.9BEALM	Ação Administrativa	MA	30 000,01 €
872/23.0BEALM	Ação Administrativa	MA	30 000,01 €
391/24.8BELSB	Ação Administrativa	MA	100 666,82 €
60/24.9BEALM	Ação Administrativa	MA	197 070,00 €
552/24.0BEALM	Ação Administrativa	MA	105 042,37 €
750/24.6BEALM	Ação Administrativa	MA	30 000,01 €
2586/24.5BEPRT	Ação Administrativa	MA	59 642,48 €
42/25.3BEALM	Ação Administrativa	MA	7 000,00 €
342/25.2BEALM	Ação Administrativa	MA	12 816,05 €
449/25.6BEALM	Ação Administrativa	MA	30 000,01 €
102194/25.7YIPRT	Injunção	MA	11 552,75 €
486/25.0BEALM	Ação Administrativa	MA	5 245,92 €
405/13.BEALM	Ação Administrativa Especial - Pretensão conexa Atos Administrativos	Município de Almada	48 970,88 €
2809/15.1BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	612,00 €
459/17.7BEALM UO1	Ação Administrativa	Município de Almada	17 600,00 €
126/18.4BEALM-UO1	Ação Administrativa	Município de Almada e Instituto das Estradas de Portugal, IEP	12 306,00 €
639/19.0BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	1 938,00 €
987/19.0BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	144 489,29 €
389/22.0BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	99 236,00 €
241/20.4BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	971 783,52 €
396/20.8BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	16 564,54 €
474/20.3BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	15 001,00 €
724/20.6BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada, SILAROEIRA - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, S.A., SILGOLFE - Exploração de Equipamentos Desportivos, Ldª. e SILCOGE - Sociedade Construtora de Obras Gerais, S.A.	12 156,19 €
2786/21.0T9ALM	Recurso de Contraordenação	Ministério Público e Município de Almada	3 051,03 €
441/22.2BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	45 714,00 €

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Réu	Valor 2025
411/22.0BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	1 556,12 €
1112/16.4BEALM	Ação Administrativa	APA, I.P., Elegâncias de Verão, Unipessoal, Lda. e Município de Almada	612,00 €
310/23.9BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	3 327,11 €
312/23.5BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	433 492,22 €
457/23.1BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	43 020,53 €
602/23.7BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	612,00 €
29377/24.0BELSB	Ação Administrativa	Município de Almada	16 519,39 €
737/24.9BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	150 749,32 €
31661/24.4T8LSB	Ação de Processo Comum	Município de Almada e UNA Seguros, S.A.	5 561,14 €
252/25.3BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	1 968,30 €
508/25.5BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	1 233,91 €
1152/25.2BEALM	Ação Administrativa	Município de Almada	149 955,44 €
2757/25.7T9STB	Execução por custas/multa	Município de Almada	294,00 €
86255/25.7YIPRT	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias	Município de Almada	7 018,40 €
143353/25.6YIPRT	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias	Município de Almada	12 740,73 €
52/2023.5BEALM	Impugnação do ato de homologação da LUOF (na sequência do Processo 123/17.7BEALM)	Município de Almada	30 000,01 €
326/24.8/BEALM	Revogação do despacho de homologação da avaliação	Município de Almada	5 000,01 €
503/24.1/BEALM	Acidente em serviço	Município de Almada	30 000,01 €
650/23.7BEALM	Ação Administrativa de Impugnação de acto (Despacho de reposição da legalidade)	Município de Almada	612,00 €
Total			9 093 164,26 €

Passivos Contingentes

PASSIVOS CONTINGENTES		
N.º do Processo	Descrição do Litígio	Valor da Ação
52/23.5/BEALM	Impugnação do ato de homologação da LUOF	30 000,01 €
326/24.8/BEALM	Revogação do despacho de homologação da avaliação	5 000,01 €
503/24.1/BEALM	Acidente em serviço	30 000,01 €
405/13.BEALM	Ação Administrativa Especial - Pretensão conexa Atos Administrativos	48 256,88 €
2809/15.1BEALM	Ação Administrativa	30 000,01 €
459/17.7BEALM	Ação Administrativa	30 000,01 €
126/18.4BEALM	Ação Administrativa	12 000,00 €
639/19.0BEALM	Ação Administrativa	30 000,01 €
987/19.0BEALM	Ação Administrativa	140 409,09 €
389/22.0BEALM	Ação Administrativa	97 400,00 €
241/20.4BEALM	Ação Administrativa	968 519,52 €
396/20.8BEALM	Ação Administrativa	15 380,54 €
474/20.3BEALM	Ação Administrativa	15 001,00 €
724/20.6BEALM	Ação Administrativa	11 850,19 €
2786/21.0T9ALM	Recurso de Contraordenação	3 051,03 €
441/22.2BEALM	Ação Administrativa	45 000,00 €
411/22.0BEALM	Ação Administrativa	1 454,12 €
1112/16.4BEALM	Ação Administrativa	30 000,01 €
310/23.9BEALM	Ação Administrativa	15 245,96 €
312/23.5BEALM	Ação Administrativa	433 492,22 €
457/23.1BEALM	Ação Administrativa	43 020,53 €
602/23.7BEALM	Ação Administrativa	30 000,01 €
29377/24.0BELSB	Ação Administrativa	16 519,39 €
694/24.1BEALM	Ação Administrativa	30 000,01 €
737/24.9BEALM	Ação Administrativa	150 749,32 €
31661/24.4T8LSB	Ação de Processo Comum	5 561,14 €
544/24.9BEALM	Oposição a Execução Fiscal	6 264,36 €
92/25.0BEALM	Ação Administrativa	15 000,00 €
252/25.3BEALM	Ação Administrativa	1 968,30 €
478/25.0BEALM	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	30 000,01 €
462/25.3BEALM	Intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	30 000,01 €
508/25.5BEALM	Ação Administrativa	1 233,91 €
491/25.7BEALM	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	30 000,01 €
632/25.4BEALM	Ação Administrativa	30 000,01 €
86255/25.7YIPRT	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias	7 018,40 €
887/25.4BEALM	Ação Administrativa	5 000,01 €
632/25.4BEALM-A	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	30 000,01 €
1112/25.3BEALM	Intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	30 000,01 €
2757/25.7T9STB	Execução por custas/multa	294,00 €
143353/25.6YIPRT	Injunção	12 740,73 €
1152/25.2BEALM	Ação Administrativa	149 955,44 €
3219/13.0BELSB	Execução de acto administrativo	30 000,10 €
630/14.3BEALM	Ação Administrativa Comum – Responsabilidade Civil das Pessoas Coletivas.	48 980,31 €
16/04.8BTLSB	Execuções	30 000,01 €
1419/09.7BEALM	Ação Administrativa Comum/Recurso Jurisdicional de Ação Administrativa Comum	505 029,40 €
2833/14.1T8ALM	Execução Sumária	7 128 540,09 €
174/21.7BEALM	Contencioso pré-contratual	1 605 735,00 €
299/19.9BEALM	Acção de responsabilidade civil extra-contratual	40 921,78 €
584/18.7BEALM	Acção de responsabilidade civil extra-contratual	26 942,30 €
82/21.1BEALM	Oposição à execução fiscal	151 886,05 €
2152021/000006890	Contra ordenação	208,81 €
21512021/600000787	Contra ordenação	20 452,56 €

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Valor da Ação
906/21.3BELSB	Impugnação de acto administrativo e pedido de indemnização	324 077,73 €
326/22BEALM	Pedido de condenação em pagamento	323 687,00 €
2-3295-2021	Contra ordenação	18 000,00 €
733/21BEALM	Impugnação de acto administrativo	500,00 €
486/22.2BEALM	Acção de responsabilidade civil extra-contratual	45 000,00 €
377/23.0BEALM	Anulação de acto administrativo	1 237 599,00 €
572/23.1BEALM	Acção Administrativa	30 000,01 €
592/23.6BEALM	Acção Administrativa	30 000,01 €
584/23.5BEALM	Acção Administrativa	30 000,01 €
634/23.5BEALM	Acção de responsabilidade civil extra-contratual	18 752,80 €
659/23.0BEALM	Acção Administrativa	30 000,01 €
873/23.9BEALM	Acção Administrativa	30 000,01 €
872/23.0BEALM	Acção Administrativa	30 000,01 €
391/24.8BELSB	Acção Administrativa	100 666,82 €
60/24.9BEALM	Acção Administrativa	197 070,00 €
552/24.0BEALM	Acção Administrativa	105 042,37 €
750/24.6BEALM	Acção Administrativa	30 000,01 €
2586/24.5BEPRT	Acção Administrativa	59 642,48 €
409/25.7BELSB	Contencioso pré-contratual	551 169,36 €
42/25.3BEALM	Acção Administrativa	30 000,01 €
342/25.2BEALM	Acção Administrativa	12 816,05 €
449/25.6BEALM	Acção Administrativa	30 000,01 €
102194/25.7YIPRT	Injunção	11 552,75 €
486/25.0BEALM	Acção Administrativa	5 245,92 €
650/23.7BEALM	Acção Administrativa de Impugnação de acto (Despacho de reposição da legalidade)	30 000,01 €
	TOTAL	15 546 905,02 €